

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARINA FELISBERTI

**O IRAQUE BAATHISTA (1968-2003): ASCENSÃO E QUEDA DE UM PROJETO
MODERNIZADOR DE ESTADO.**

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Felisberti, Marina

O Iraque Baathista (1968-2003): ascensão e queda de um projeto modernizador de Estado. / Marina Felisberti. -- 2017.

80 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Iraque. 2. Saddam Hussein. 3. Oriente Médio. 4. Partido Baath. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

MARINA FELISBERTI

**O IRAQUE BAATHISTA (1968-2003): ASCENSÃO E QUEDA DE UM PROJETO
MODERNIZADOR DE ESTADO.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2017

MARINA FELISBERTI

**O IRAQUE BAATHISTA (1968-2003): ASCENSÃO E QUEDA DE UM PROJETO
MODERNIZADOR DE ESTADO.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Aprovado em: Porto Alegre, 4 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Prof^ª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Vinícius Pereira Brites
UNIRITTER

À população e às crianças iraquianas, potencial latente de transformação de um Estado historicamente subjugado à ingerência internacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de realizar meus estudos no ensino superior em uma universidade pública e de excelência.

Agradeço ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), e ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, pela confiança depositada e pelo incentivo contínuo pela busca e produção de conhecimento, pertinentes e contemporâneos, de excelência na área de Relações Internacionais.

Agradeço aos meus colegas de turma, com os quais tive a oportunidade de criar um canal de comunicação aberto e sempre disposto ao diálogo e a propostas de mudança. Agradeço, especialmente, aos amigos, para a vida inteira, que os anos de graduação me deram. Agradeço, então, à Camila Kern, ao Felipe Giordani, à Gabriela Verdi, ao Guilherme Lara, à Melissa Lee e ao Thiago Silveira que me mantiveram inspirada, através do potencial pessoal inacreditável que possuem, durante quatros anos de graduação, a continuar indo em frente. Sempre.

Por fim, agradeço a minha família e, carinhosamente, à minha mãe, Maria Hortência de Lima, economista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que se propôs a me ensinar, desde muito cedo, a importância da correlação entre ser-estar no mundo. Agradeço, ainda, à minha avó, Neusa de Lima, e à minha dinda, Maria do Carmo Felisberti, que, sendo minhas maiores fãs, me fizeram acreditar que eu podia chegar onde cheguei.

Our policy is to keep Iraq in its Box.
Western Diplomat, The Guardian, 18 October 1995.

RESUMO

Este trabalho objetiva detalhar e contextualizar a ascensão e a queda do projeto modernizador estatal iraquiano sob o governo do Partido Baath (1968-2003). Defende-se, desta forma, que durante o recorte temporal apresentado, existia um conjunto de políticas e de planejamento econômico, centralizados no Estado, que buscaram independência e autonomia, por parte do Iraque, nos cenários regional e internacional. Argumenta-se que, nos anos 1970, uma conjuntura favorável colocou o Iraque em posição de dar início ao projeto industrial que pretendia alavancar o desenvolvimento do Estado, pelo menos no curto e médio prazo. As grandes arrecadações do governo iraquiano advindas do petróleo, o aumento das importações e o papel centralizador do Estado, mesmo em uma economia de característica mista, sinalizavam prosperidade, que, por sua vez, talvez tenha desvirtuado o projeto. A década de 1980, entretanto, foi marcada pela tendência contrária. O envolvimento iraquiano no conflito regional entre Irã-Iraque (1980-1988) e a queda de preços internacionais do petróleo, marcaram o início do declínio do projeto de desenvolvimento iraquiano. Durante os anos 1990, o Estado iraquiano, que buscava formas de lidar com os déficits econômicos da década anterior, envolveu-se em mais um conflito regional e assistiu ao encolhimento de seu Estado e ao fim do seu projeto modernizador. A dívida externa exorbitante, a infra-estrutura básica em ruínas, o estopim de insurgências internas fortemente reprimidas, a pressão externa sob a forma de imposições de sanções e a deterioração crescente dos níveis de vida da população iraquiana deram o tom para o fim do Iraque Baathista, em 2003, com a queda de Saddam Hussein da presidência (1979-2003) como consequência direta da invasão norte-americana alicerçada nos princípios da “Guerra ao Terror”.

Palavras-chave: Iraque; Saddam Hussein; Oriente Médio; Partido Baath.

ABSTRACT

This paper aims to detail and contextualize the rise and fall of the Iraqi state modernizing project under the Baath Party government (1968-2003). It is argued that during the timeline presented there was a set of policies and economic planning, centralized in the State, that sought independence and autonomy, on the part of Iraq, in the regional and international scenarios. It is argued that, in the 1970s, a favorable situation put Iraq in a position to initiate the industrial project that sought to leverage the development of the state, at least in the short and medium term. The Iraqi government's large revenues from oil, increased imports and the centralizing role of the state, even in a mixed economy, signaled prosperity, which in turn may have misrepresented the project. The 1980s, however, were marked by the opposite trend. The Iraqi involvement in the regional conflict between Iran and Iraq (1980-1988) and the fall in international oil prices marked the beginning of the decline of the Iraqi development project. During the 1990s, the Iraqi state, which sought ways to deal with the economic deficits of the previous decade, became embroiled in yet another regional conflict and witnessed the shrinking of its State and the end of its modernizing project. Exorbitant external debt, basic infrastructure in ruins, the pitfall of heavily repressed internal insurgencies, external pressure in the form of impositions of sanctions, and the deteriorating living standards of the Iraqi population set the tone for the end of Iraq Baathist in 2003, with Saddam Hussein's fall from office (1979-2003) as a direct consequence of the US-led invasion of the "War on Terror" principles.

Keywords: Iraq; Saddam Hussein; Middle East; Baath party.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AIEN – Agência Internacional de Energia Nuclear

CCG – Conselho de Cooperação do Golfo

CCR – Conselho do Comando Revolucionário

EUA – Estados Unidos da América

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O PARTIDO BAATH, A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO IRAQUIANO E O IMPASSE ENTRE A RETÓRICA NACIONALISTA ÁRABE E A REALPOLITIK...16	
2.1 O Estado iraquiano sob o comando do Partido Baath: a construção de uma administração moderna pautada no neo-patrimonialismo	20
2.2 O Nacionalismo Árabe: retórica ou agenda estatal?.....	23
2.3 O Projeto Modernizador Iraquiano (1970-1979)	30
3 OS ANOS 1980, A GUERRA IRÃ-IRAQUE (1980-1988) E O DECLÍNIO DO PROJETO MODERNIZADOR	37
3.1 A Subida de Saddam Hussein a Presidência e os primeiros anos de conflito com o Irã (1979-1982).....	39
3.2 Os anos 80, o rearranjo regional do sistema árabe e a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988): o marco inicial da desestruturação do Estado iraquiano.	41
3.2.1 A defesa do território iraquiano (1982-1988) e o impacto da mudança do mercado petrolífero mundial.....	43
3.3 O fim da Guerra contra o Irã (1980-1988) e o declínio do projeto modernizador iraquiano	46
4 OS ANOS 1990: A “DÉCADA PERDIDA” PARA O IRAQUE	54
4.1 A busca pela reconfiguração do Estado iraquiano: entre a intervenção e o apoio externo, unidade ou polarização regional	55
4.2 A Invasão do Kuwait (1990-1991): territorialismo ou formação de espaço de barganha?	60
4.3 O Iraque sob o Regime de Sanções e a queda do governo de Saddam Hussein: o fim dos governos do Baath.	62
4.3.1 Duas Guerras, Duas derrotas: o ônus da guerra para o Estado iraquiano e as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas.....	63
4.3.2 De 1996-2003: da sobrevivência do projeto modernizador a queda de Saddam Hussein..	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERENCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O Iraque moderno, altamente fronteiro dentro da região do Oriente Médio e detentor da segunda maior reserva petrolífera do Sistema Internacional, esteve, constantemente, presente em algumas das maiores manchetes dos séculos XX e XXI, tendência ratificada a partir dos desdobramentos do 11 de Setembro e o início da doutrina de guerra preemptiva do Governo Bush (2001-2009) consubstanciada nas campanhas da “Guerra ao Terror”. Entretanto, muito se fala do Iraque e muito pouco se discute sobre o Estado iraquiano, como aparelho institucional administrativo organizado ou como conjunto social construído a partir de particularidades históricas próprias. Assim como qualquer outra economia de industrialização atrasada ou capitalismo tardio, o Iraque buscou, através de revoluções, reorganizações estatais e reformas calcadas no setor industrial nacional, um maior grau de independência e autonomia nas dinâmicas do capitalismo avançado, impostas ao seu Estado desde muito cedo pelo processo de formação e de organização do Oriente Médio moderno. Assim, possuindo clima desértico, grande contingente populacional e extremamente rico em recursos petrolíferos, o Iraque Baathista (1968-2003), enfrentou uma série de dicotomias entre sua dinâmica interna, seu papel regional e a busca por um relacionamento menos verticalizado com potências no Sistema Internacional.

Ainda que se tentasse, o presente trabalho defende que é inviável determinar apenas uma causa específica aos acontecimentos da região do Oriente Médio nas últimas décadas. Não existem abstrações da realidade suficientes que nos tragam respostas imediatas sobre causas e conseqüências dos conflitos, ou das alianças, nessa região. O conjunto altamente heterogêneo de Estados, suas composições sociais, suas figuras políticas e suas estruturas internas burocráticas e administrativas apresentam um padrão de divergência que não permite a qualquer analista, iniciante ou altamente qualificado, fornecer nem uma única justificativa endógena nem exógena que defina, indiscutivelmente, a formação de cenários nessa região ao longo da história moderna. Tendo isso em vista, este trabalho compromete-se com a demonstração de que nem somente o islã, nem somente os desdobramentos internacionais, como a ação soviética ou o avanço desenfreado do imperialismo, particularizados ou analisados individualmente, explicam de forma satisfatória os arranjos e rearranjos da região, sua dinâmica de polarização e a volatilidade de sua organização regional, coexistindo em termos que misturam posturas conflituosas e amistosas em espaços muito curtos de tempo. (HALLIDAY, 2002)

Em seis de agosto de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 661, impôs um conjunto de sanções econômicas ao Iraque. Esse conjunto de sanções, estabelecido apenas quatro dias após a invasão iraquiana ao Kuwait, perdurou até 22 de maio de 2003, com a invasão norte-americana ao Iraque e a queda do governo de Saddam Hussein. Em três de abril de 1991, durante as negociações do cessar fogo da Guerra do Golfo (1990-1991), em um movimento que pareceria ilógico à primeira vista, o Conselho de Segurança, através da Resolução 687, manteve e ampliou o conjunto dessas sanções, utilizando-se do subterfúgio da busca por Armas de Destruição em Massa (ADM) em território iraquiano - totalizando, até 2003, quase 13 anos de controle arbitrário sob todas as transações comerciais e recursos financeiros do Iraque, um país que passara por dois períodos de guerra em pouco mais de uma década (acumulando dívidas de guerra; destruição de infra-estruturas de serviços básicos prestados à população; e embargos à exportação de petróleo - a única fonte de receita estatal), exceto para situações, dentro dos parâmetros de entendimento das Nações Unidas, envolvendo “circunstâncias humanitárias e gêneros alimentícios”. (ALNASRAWI, 1991; UNSC, 1990; UNSC, 1991). Esse, então, é o cenário, muitas vezes maquiado e quase sempre ignorado ou esquecido, que antecede a Operação Iraque Livre, iniciada em 2003, e uma série de manchetes atrativas, mas pouco informativas, que introduziram a discussão sobre o Estado iraquiano no século XXI.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, pretende analisar o processo de estruturação e de desestruturação do Estado Iraquiano sob a égide da administração do Partido Baath (1968-2003). Tem-se como pressuposto que existia um projeto modernizador de Estado que foi severamente constrangido pelas conseqüências da Guerra entre Irã e Iraque (1980-2988), pelos movimentos internacionais do final da Guerra Fria e pelo advento tecnológico militar e industrial. Esses, somados às dinâmicas internas e regionais envolvendo o Iraque, inviabilizaram a continuidade do projeto na década de 1990, destacando-se o papel fundamental das sanções econômicas impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ao Iraque, em 1990, após o início da Guerra do Kuwait, resultando na derrocada final do processo de desestruturação da economia iraquiana e do Estado, enquanto unidade política, neste período.

Assim, como objetivo geral, busca-se analisar o processo de desestruturação política e econômica do Iraque e do seu projeto modernizador liderado pelo Estado desde a subida do Partido Baath ao governo, em 1968, até o fim governo de Saddam Hussein em 2003 combinando três níveis de análise: o interno, o regional e o internacional. Tem-se como

hipótese, que o processo de desestruturação do Iraque, um Estado com instituições políticas modernas, que teria iniciado já nos anos 80, teve como fator-chave para seu declínio a imposição de sanções econômicas, pelas Nações Unidas, ao país em 1990, durante a invasão iraquiana ao Kuwait. Portanto, a desestabilização das instituições políticas e da economia iraquianas são resultados de uma trajetória histórica altamente ligada à intervenção externa direta e indireta, existindo, desta forma, anteriormente a invasão norte-americana ao Iraque em 2003, quando as severas lacunas deste Estado, acumuladas por mais de 10 anos de ingerência internacional direta, vieram à tona para a comunidade internacional por exemplo.

Como objetivos primários, (i) busca-se demonstrar a noção histórica do desgaste do relacionamento inter-árabe por trás das dinâmicas política e econômica da região do Oriente Médio envolvendo o Estado Iraquiano, suas pretensões de tornar-se uma potência média na região e a sua ligação a propensão ao conflito que desencadeou a guerra entre Irã e Iraque em 1980; (ii) pretende-se elucidar as conseqüências diretas da Guerra entre Irã e Iraque para a região e, principalmente, para a economia nacional iraquiana, que contribuíram para o início do processo de desintegração do Iraque já na década de 80 - processo que irá aprofundar-se, ainda, nas décadas de 90 e nos anos 2000 - através do conjunto de sanções impostas pelas Nações Unidas; (iii) procura-se demonstrar a relação intrínseca entre o desgaste econômico do Estado iraquiano, seu comportamento político no espaço-tempo delimitado e seu processo, também, de rearticulação interna da estrutura que sustentava sua burocracia administrativa. Para tanto, busca-se analisar o processo de deterioração econômica do Iraque - altos índices de inflação, endividamento externo crescente e sanções econômicas internacionais - e a impossibilidade de recuperação da infra-estrutura doméstica, seja industrial ou de serviços básicos prestados à população civil, levando à desestruturação progressiva deste Estado; e, ainda, (iv) objetiva-se analisar as mudanças sistêmicas internacionais, durante o recorte temporal, que contextualizaram o aumento das tensões e rivalidades inter-árabes, assim como o estopim dos chamados “conflitos de baixa intensidade” no Terceiro Mundo, e o período imediato ao final da Guerra Fria (fim de alianças baseadas no conceito de bipolaridade mundial; diminuição de espaço de barganha internacional para os Estados do Oriente Médio; resistência aos movimentos de globalização e liberalização econômica dos anos 90) e sua influência sob o cenário interno iraquiano e reconfiguração regional do Oriente Médio no período analisado. (BARNETT, 1998; HINNEBUSCH, 2003; VISENTINI, 2014)

Como objetivos secundários, ainda, têm-se a busca por uma análise holística do Estado iraquiano, objetivando desestimular a tendência de análises de conjunturas

particularizadas - ineficientes e propícias à perpetuação de conclusões precipitadas a respeito da região em questão - que buscam, em um evento específico, responder ao comportamento estatal iraquiano de forma geral. Por isso, ressalta-se a importância imprescindível de discutir-se a estrutura estatal do Iraque, a relação entre sociedade e governo, seus relacionamentos regionais e sua posição no cenário internacional prezando por um estudo abrangente. Ademais, busca-se a desmistificação do islã enquanto variável de análise, ou da utilização de explicações baseadas em quaisquer religiões, para explicar o Estado iraquiano ou os padrões de interação inter-estatais na região do Oriente Médio. Por último, tenta-se lidar com a questão sectarista ultrapassando, também, sua dimensão religiosa, sendo entendidos, portanto, os movimentos xiitas contra governamentais como, antes, um levante de uma maioria social que vivia as margens dos processos políticos e econômicos de um Estado liderado por uma elite excludente, e, ademais, sunita. Desta forma, a pesquisa desenvolvida pelo trabalho vê ínfimas diferenças, por exemplo, entre os levantes xiitas que buscavam, antes de qualquer coisa, a superação da sua posição de marginalização dentro da estrutura estatal formada e as revoltas camponesas européias, como as emblemáticas *jaccqueries*, na França, no século XV.

A metodologia utilizada na elaboração do trabalho consiste em uma extensa análise da bibliografia especializada, utilização de fontes primárias - como discursos de oficiais de governo ou grandes lideranças do Mundo Árabe; documentos oficiais de órgãos dos governos iraquiano e estadunidense; e relatórios de encontros das Cúpulas que reuniam países árabes -, e, ademais, exame de índices econômicos e suas variações ao longo do recorte temporal estabelecido - como inflação; desemprego; PIB e PNB e suas alocações setoriais; montante das receitas estatais advindas do petróleo; transações correntes iraquianas e saldo do balanço de pagamentos; taxa de juros e cálculos do endividamento externo. Estes indicadores são analisados de forma comparativa, desde os anos 70 até o final dos anos 90, demonstrando, e corroborando, o processo progressivo de desestruturação do Estado iraquiano através da variação e deterioração demonstrada por estes índices. Desta forma, a metodologia é composta tanto por análises quantitativas, através dos indicadores econômicos, quanto qualitativas, apoiada na revisão da bibliografia especializada e utilização de fontes primárias.

Este trabalho é composto por uma introdução, na qual objetiva-se trazer à tona as questões que guiaram a pesquisa ao longo do trabalho, seguida por três capítulos de análises destinados a três momentos históricos diferentes do tema proposto e, por fim, as considerações finais, nas quais buscou-se corroborar a hipótese inicial deste trabalho e instigar

novas discussões a respeito do tema que, nesta oportunidade, não foram contempladas pelo escopo da pesquisa.

No primeiro capítulo, então, demonstra-se a importância do reconhecimento da especificidade desta região do globo enquanto conjunto político, bélico e econômico - buscando uma análise que, apesar de reconhecer particularidades dos Estados que compõe a região - propôs uma visão abrangente na medida do possível. Assim, discutiu-se o contexto internacional que acompanhou o desenvolvimento de políticas internas e de estrutura governamental do Iraque; a organização estatal do Iraque Baathista (1968-2003) e os arranjos regionais baseados em ideários do Nacionalismo Árabe e sua variação baathista, que polarizaram a região e definiram a margem de atuação do governo iraquiano durante a década de 1970, em seus 10 primeiros anos de administração, através da busca objetiva por autonomia, desenvolvimento econômico e independência política.

No segundo capítulo, o trabalho esteve pautado, de forma geral, nas consequências da decisão iraquiana de entrar em guerra com a República Islâmica do Irã no início dos anos 80. A subida de Saddam Hussein ao cargo da presidência iraquiana em 1979; os contextos internacional e regional, que diminuíram sensivelmente as receitas do Estado iraquiano advindas do petróleo; e os resultados desastrosos das novas circunstâncias da década de 1980 e seus efeitos sobre os projetos desenvolvimentistas colocados em curso, anteriormente, pelo Partido Baath estiveram presentes neste bloco de análise.

No terceiro, e último, capítulo, discutiu-se a estagnação da economia iraquiana e o aparente engessamento do Estado iraquiano na busca por alternativas que permitissem ao Iraque recuperações, mesmo que tímidas, do seu plano desenvolvimentista. O erro de cálculo estratégico sobre a questão envolvendo a invasão do Kuwait transformou-se em um cenário de isolamento iraquiano regional e internacional. Ainda, o esvaziamento e esfacelamento político e econômico e a deterioração sensível dos níveis de padrão de vida da população, corroborados pelas altas taxas de mortalidade infantil e diminuição geral da expectativa de vida do Iraque Baathista, podem ser consubstanciados como o resultado do conjunto das Sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, por mais de dez anos, retirado apenas em 22 de maio de 2003, com a invasão norte-americana que, entre outras coisas, derrubou o presidente iraquiano, pondo um fim no que restara da estrutura governamental construída e articulada pelo Partido Baath no período anterior.

2 O PARTIDO BAATH, A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO IRAQUIANO E O IMPASSE ENTRE A RETÓRICA NACIONALISTA ÁRABE E A REALPOLITIK

Antes de introduzir-se a discussão específica sobre a configuração interna do Estado iraquiano, faz-se necessário trazer à tona algumas questões relacionadas ao processo histórico de formação, assim como de estruturação, do Oriente Médio enquanto conjunto regional. A pesquisa realizada por este trabalho mostrou que analisar o Iraque, de forma isolada, é, no mínimo, improdutivo. Apesar de possuir suas particularidades internas, que, em tempo, serão discutidas apropriadamente, o Estado iraquiano, assim como o Partido que esteve no poder por trinta e cinco anos, em muito, é produto das dinâmicas que o cercam, regionais ou internacionais.

Conforme contribuição de Halliday (2005), a formação contemporânea das economias do Oriente Médio, como conjunto, tem sido determinada pelo surgimento de uma modernidade européia e de um sistema capitalista expansivos, e, em particular, pelas interações de cada um dos Estados da região com Estados industrializados europeus. Utilizando-se de ferramentas analíticas sustentadas no arcabouço teórico da economia política, se concorda com Fred Halliday (2005), no que tange a importância de incluir, nas variáveis de análise do Estado iraquiano, o contexto que definiu a região como um todo:

Na busca de melhor entender e discutir a dinâmica regional e internacional do Oriente Médio, muito se fala na expansão do Oeste ou na relação entre os Estados do Oeste e o Islã. Estes termos, geralmente, ou são vagos ou usados de forma errônea, escondendo as preocupações de poder militar e de lucro comercial que tem levado a subjugação e construção do mundo não-europeu desde 1600. Desde a interação entre o ocidente e o Império Turco-Otomano, razões tanto militares quanto econômicas estiveram presentes no cálculo do relacionamento. Portanto, não é possível segmentar uma análise entre apenas componentes estratégicos ou apenas de comércio, lucro ou busca por matérias-primas a preços mais baixos. Em tempos modernos, duas datas da interação destacam-se: a primeira, 1869, com a abertura do Canal de Suez, e, a outra, 1914, quando a marinha britânica converteu-se ao petróleo. (HALLIDAY, 2005. p. 263, tradução própria)

No contexto que se seguiu depois da Primeira Guerra Mundial, o estabelecimento do sistema de Estados modernos promoveu um contexto para maior e mais diversa intervenção nas economias da região, assim como para o distanciamento entre os países que a compunham, que aumentou e desenvolveu novos mecanismos de dominação alternativos ao longo dos anos. Como será posto em discussão ao longo deste capítulo, a fragmentação das economias do Oriente Médio em quadrados distintos é, assim como é com o mapa de suas “nações”, um produto de uma modernidade externa imposta. Compondo o Terceiro Mundo, mas distinguindo-se do conjunto em questões que abrangem, por exemplo, a composição de suas economias, os efeitos da intervenção foram sentidos mais em instituições políticas do

que em econômicas, contribuindo, posteriormente, para a construção de uma cultura política de aparente descolamento entre governo e sociedade.

Assim, a fim de entender o processo de integração da região nos sistemas políticos e econômicos internacionais, o trabalho apoiou-se no conceito de “integração diferencial”, utilizado por Fred Halliday para caracterizar o modo pelo qual a região foi inserida, precocemente, na dinâmica internacional. Conforme definição, por “integração diferencial” entende-se o processo pelo qual o Oriente Médio foi incorporado, mas, principalmente, moldado por sua estreita relação com a dinâmica global. O que se pretende mostrar, portanto, é que existe uma relação intrínseca entre a formação dos Estados modernos da região e sua inserção internacional - o que se reflete na maneira pela qual estes Estados organizam-se internamente, seus relacionamentos inter-estatais, sua percepção do contexto intra-regional e com outros Estados do Sistema Internacional. (HALLIDAY, 2005)

Este processo de “integração diferencial” foi, ainda, feito de um modo no qual foram acentuados não similaridades entre Estados da região árabe, mas suas diferenças, assim como entre a região e o resto do dos Estados do mundo em desenvolvimento. Com isso, entretanto, não defende-se qualquer particularismo analítico para tratarmos a região enquanto objeto de análise, que poderia isolar as análises dos Estados árabes através de relações causais espúrias. Busca-se somente salientar o quanto este processo, em geral, influencia, nos casos que não efetivamente determina, sua caráter e essência, a limitação de seu poder e autonomia, dos Estado da região; da importância dos processo internos de tomada de decisão e de formulação de políticas; que a política internacional da região deve ser entendida em três níveis diferentes, sendo elas os termos de interação com as estruturas globais de poder, o sistema regional e a atuação de atores não estatais ou ainda de movimentações sociais nesses Estados. E que o sistema de crença, ideologias, e normas da região não são tradicionais mas sim um fenômeno moderno que tem estado relacionado com os interesses desses estados contemporâneos e seus aparelhos governamentais, desmistificando, assim, a questão do islã para justificar comportamentos ou conflitos. A globalização, e todas as tendências de interdependência e liberalização promovidas a partir dos anos 1990, que amarraram o mundo mais próximo, mas de uma forma mais desigual, rancorosa e tendendo potencialmente a situações de conflito, é apenas mais um capítulo, recente, dentro nos últimos cinco séculos de processo contínuo de inserção assimétrica e subordinada da região. (HALLIDAY, 2002; HINNEBUSCH, 2003; VISENTINI, 2014)

Desta forma, o modo pelo qual os países da região foram incluídos no Sistema Internacional afeta não somente seus níveis de arrecadação de renda, entre outros índices de desenvolvimento, mas, também, características Estatais particularizadas de cada um desses países. Dito de outra forma, os Estados modernos do Oriente Médio são produtos da forma pela qual os Estados do Oriente Médio foram moldados por forças inexoráveis da pressão internacional, as quais continuam submetidos, e a pressão que sofrem de suas próprias configurações sociais internas. Os resultados dessas forças no Oriente Médio, desde o início do século XX, se traduziram de forma distinta dos resultados em Estados conceitualmente parecidos na Europa do começo do século XVI. Todos os Estados, igualmente, monarquias ou repúblicas, tentaram controlar suas tensões sociais e proclamam formas desastrosas de auto-legitimação; mas os fizeram de formas diferentes - e, lembra-se, o sistema europeu de Estados demonstrou volatilidade e violência em seus padrões de relação inter-estatais ainda por quatro séculos a partir da sua fase moderna, de 1914-1945. (ALSNARAWI, 1994; HINNEBUSCH, 2003)

O Oriente Médio compartilha um passado de subordinação econômica a um sistema capitalista que vem se expandindo desde cerca de 1500, mas que, nos últimos dois séculos, tem efetivamente incorporado e subordinado o resto do mundo. O processo da formação dos estados no oriente médio refletiu em muito essa incorporação: mesmo onde os estados eles mesmo não eram produto do controle colonial, a formação do estado, através das necessidades de controles internos e das relações internacionais igualmente, estavam determinados pela estrutura internacional. Os estados do Oriente Médio refletem, no uso das receitas do petróleo, e no funcionamento dos aparelhos civis e militares, as tarefas que eles estabelecem neste contexto universal: acima de tudo, é claro, os estados do Oriente Médio e as elites governantes são direcionados para manter seu controle sobre a sociedade e a economia e em enriquecer aqueles com acesso privilegiado a eles. (VISENTINI, 2014; TRIPP, 2007)

Os desejos e tentativas de Estados dessa região de escaparem desses sistemas políticos internacionais acabaram tendo um custo bastante elevado para suas populações, como no caso iraniano e no caso iraquiano, objeto de estudo trabalho. Portanto, o resultado dessa histórica integração diferencial tem sido a produção de uma região que é conectada muito proximamente com o resto do mundo, mas na qual é acometida por problemas bastante singulares, e nas quais seus Estados, nas suas práticas, composições e caráter internalizam essas ambigüidades. Entre as características resultantes desse processo está a militarização das relações entre os Estados da região. O Oriente Médio continua sendo uma das regiões mais

instáveis do mundo, com seus dois conflitos sub-regionais entre árabes e israelenses, assim como na região do Golfo, tendo entre esses dois núcleos de embates uma tênue, mas persistente, interconexão. Ainda, mesmo onde não há um conflito inter-estatal declarado, as relações entre Estados permaneceram rígidas. (HALLIDAY, 2005)

Por isso, a primeira seção deste trabalho discutirá, sob essa perspectiva, a consolidação do Iraque sob o regime Baathista durante os anos de 1968-1979, sua busca pela modernização estatal e suas convergências e divergências com sua bandeira partidária e o Nacionalismo Árabe no contexto regional e internacional que o cercaram neste momento.

2.1 O Estado iraquiano sob o comando do Partido Baath: a construção de uma administração moderna pautada no neo-patrimonialismo

Quando o Partido Baath assumiu o governo iraquiano, através de um golpe de Estado em 1968, não possuía uma agenda política estruturada ou um programa econômico próprio. Existia, contudo, um ímpeto partidário de busca pela superação da dependência econômica e da intervenção política externa. Desta forma, o Baath iniciou o seu governo permitindo que as ações de planejamento econômico anteriores, organizadas em quadros quinquenais, continuassem seu curso enquanto tentava consolidar seu poder e constituir seus próprios planos para o futuro do Iraque.

O Partido Baath, tanto na Síria, onde foi formado, quanto no Iraque, era reconhecido por sua incoerência. Nos dois países em que chegou ao poder, o que fez por meio de golpes de Estados, tendeu a sofrer de uma dicotomia entre a sua retórica, por um lado, e suas ações, de outro. Este problema estava estreitamente associado à estrutura sob a qual o Nacionalismo Árabe moderno foi desenvolvido. O Baath era um dos maiores nichos do movimento político do nacionalismo árabe (sendo o outro Nasser no Egito) e, tendo em vista que foi o único partido a controlar efetivamente o destino econômico e político do Iraque durante sua história moderna, faz-se relevante estudar alguns dos principais princípios, conceitos e premissas do Nacionalismo Árabe, como um todo, e da sua variação baathista. (ALNASRAWI, 1994; VISENTINI 2014)

Uma das características mais marcantes do Iraque Baathista era a visível independência entre a sua bandeira partidária e o comportamento das figuras que detinham poder dentro do regime, sinalizando uma espécie de personalismo político permitido pela estrutural estatal iraquiana. Assim, a orientação partidária geral do regime estabelecido no

verão de 1968, como eventos subseqüentes mostraram, não significou que o homem encarregado do governo deveria ser definido, simplesmente, tendo como referência seu *status* de membro do partido. Não sendo este um fator exclusivo da presidência de Saddam Hussein, qualquer outro líder que detivesse poder logo demonstrava que, muitas vezes, a vontade individual se sobrepunha à bandeira defendida pelo partido e aos objetivos da Agenda estatal; cada membro, cada líder, tinha uma ideia particular do que deveria ser o Estado iraquiano, e um método particular de operar a política do Iraque. Então, existia uma diferença ostensiva entre liderança e compromisso partidário na história política do Iraque, refletida em diferentes momentos históricos por suas diferentes frentes de liderança. (TRIPP, 2007)

Dentro das especificidades que moldavam o Partido Baath, ainda, tem-se o fato de que muitas das figuras do partido, ou que compunham o poder estatal de alguma forma, tinham ligações diretas com o militarismo. Este fato não apenas moldava suas condutas e suas visões de política de Estado, como também perpetuava redes clientelistas compostas por clãs sunitas da parte noroeste do território iraquiano, historicamente reconhecidos por grandes contingentes de recrutamento ao corpo militar oficial. Aqui, destaca-se, também, a característica segregacionista presente na burocracia estatal iraquiana, na qual os homens que detinham o poder, sunitas, se auto declaravam superiores a outros grupos como os árabes xiitas ou, ainda, a minoria social curda presente no território iraquiano. Importante destacar, ainda, que os árabes sunitas somavam apenas $\frac{1}{5}$ do total da população iraquiana o que leva a conclusão de que parte massiva da população iraquiana estava completamente a parte do processo político de se Estado, estando a mercê do interesse sunita. (TRIPP, 2007; HALLIDAY, 2002)

Portanto, a natureza militarizada do governo baathista associada a segregação social que acompanhava a formação de seu governo, influenciou na diminuição do seu comprometimento com a Agenda pan-árabe. A retórica do Nacionalismo Árabe, certamente, estava presente na formação do interesse oficial e foi considerado um ideal a ser perseguido, tanto dentro do regime quanto ao longo da sociedade civil. Entretanto, as preocupações com a soberania do Estado iraquiano e a organização do seu poder territorial se sobrepunham a questões como a da unidade árabe. (BARNETT, 1998; TRIPP, 2007)

Com o grande aumento das receitas do petróleo nos anos 1970, a tendência de colocar o estado iraquiano e seus interesses próprios acima de quaisquer outros foi ainda maior. Aqui, o boom do petróleo parece ser o ponto de inflexão que definirá as próximas décadas por uma

busca baseada nos princípios da *realpolitik*¹. Assim, o Mundo Árabe passou a ser visto pelo regime não mais como um espaço de cooperação, mas como um palco no qual o Estado iraquiano poderia afirmar sua primazia, a supremacia da sua liderança sob as demais, e suas capacidades de projeção de poder regional, iniciativas consubstanciadas na figura dominante de Saddam Hussein. Ao contrário do que, muitas vezes, se assume como verdadeiro em discussões, o regime autoritário e repressivo de Saddam Hussein (1979-2003) não representou uma cisão com os regimes anteriores ou com a história política do Iraque. Na verdade, o comportamento de Saddam resumia as distintas características do Estado iraquiano em si, enquanto processo e enquanto estrutura. (HALLIDAY, 2005)

Portanto, pode-se argumentar que, se esse não fosse o caso, se o regime não sustentasse grande parte de sua legitimidade governamental em redes de patrocínio e esquemas de clientelismo distribuídos por sua sociedade, levando em consideração as expectativas associadas a estas redes em seus cálculos políticos, seu poder teria sido muito mais limitado, independentemente das ambições de seu líder. Dito de outra forma, a ação estatal, ainda que fosse uma ação particular de um líder, era sustentada por parte da população que detinha poder e que estava intrinsecamente ligada à estrutura do Estado iraquiano. Assim, conclui-se que a ação de Saddam Hussein, por mais discutível que possa ser, esteve acompanhada da aprovação de uma série de outros núcleos sociais relevantes para a política e economia iraquianas. Se o presidente pôde agir livremente, foi somente porque agia conforme esperavam outros núcleos detentores de poder dentro da organização deste Estado. (ALNASRAWI, 1991)

Saddam Hussein e seu autoritarismo marcam um papel particularmente importante na história do Estado iraquiano - em que a exclusividade, desconfiança comunal, patrocínio e uso exemplar da violência foram os elementos principais, tecidos em um sistema de dependência e conformidade com a vontade de um pequeno número de homens no centro em nome da disciplina social e do destino nacional. É importante, por isso, compreender não apenas os constituintes desta narrativa, mas também as circunstâncias que lhe permitiram, ao invés de várias alternativas, tornarem-se a força que moldou a política iraquiana no final do século XX.

Assim, para Saddam Hussein, o Baath não passava de uma extensão administrativa do seu poder pessoal através dos esquemas de redes de patrocínio que controlava. De fato, durante a década de 1970, Saddam havia utilizado as largas receitas petrolíferas para cimentar

¹ Para uma discussão a respeito do conceito de *realpolitik* e suas implicações KISSINGER, Henry. Diplomacia. Trad. de Saul S. Gefter e Ann Mary Fighiera Perpétuo. Revisão de Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Univer Cidade Editora, 2ª edição, 1999.

sua influência sob os grupos que davam suporte a governabilidade iraquiana, personificando, gradativamente, o controle e o poder do Estado na sua figura. Neste tipo de relação, os interesses eram primordialmente materiais; dava-se recursos necessários a rede de patronagem, clientes e associados que definiam e perpetuavam o papel social desses líderes. Essa era a medida tangível das suas identidades sociais, correspondendo aos valores e percepções das únicas pessoas que importavam pra eles. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Dito de outra forma, essas figuras de liderança canalizavam os recursos do Estado para suprir uma malha de clientelismo, e usavam o partido para criar uma ilusão de ação coletiva. Nestas circunstâncias, é difícil dizer, com qualquer grau de certeza, que tipo de visão de longo prazo para o Iraque tanto Hasan al-Bakr, seu predecessor, quanto Saddam Hussein possuíam.

Entretanto, esta pesquisa demonstrou que o ponto de encontro entre as lideranças e o partido era o reconhecimento de que o Estado, antes de qualquer outra instituição, deveria liderar o processo de modernização iraquiana. Portanto, o Partido Baath estabeleceu o Estado como ator central na economia e na estratégia militar e ideológica. Esse Estado desempenhou um papel central no desenvolvimento econômico da sociedade. A verdade é que o Iraque Baathista (1968-2003) demonstrou que mito do Mercado, via substitutiva oferecida ao crescimento nacional controlado, que vendia apoio em troca da diminuição da regulamentação ou intervenção do Estado, não se mostrava atraente. Mesmo o controle do poder social e governamental estando contido em um número pequeno de elites, que mantinham seu poder e posição por meios antidemocráticos, estes pequenos núcleo davam sinais de estarem em consonância, em alguma medida, com a busca pelo desenvolvimento nacional. Ademais, a natureza autoritária que sustentava o governo justifica, também, natureza militarizada formada pelo Estado iraquiano. (TRIPP, 2007; HALLIDAY, 2005)

2.2 O Nacionalismo Árabe: retórica ou agenda estatal?

Para que se entenda a estrutura do Iraque sob a administração do Partido Baath (1968-2003), serão discutidos, nesta sessão, alguns dos princípios do Nacionalismo Árabe, suas variações Nasserista e Baathista, que acompanharam os processos de formação estatal do Mundo Árabe moderno. Objetiva-se, aqui, a contextualização regional e internacional da formação governamental do Iraque e os processos comunicantes que ligam estes uns aos outros.

No século XVIII, a diminuição gradual do controle político central do Império Turco-Otomano sob suas províncias árabes levaram aos primeiros sinais da formação do Nacionalismo Árabe, um movimento ainda apolítico. A diferenciação entre turcos e árabes e o grau crescente de penetração dos interesses políticos e econômicos do Europa na região, levaram ao encolhimento do poder das autoridades centrais otomanas sobre sua periferia árabe, favorecendo a autonomia das elites locais que passaram a exercer, cada vez mais, um poder local paralelo ao poder central. (HALLIDAY, 2002; TRIPP, 2007)

A primeira onda árabe nacionalista, que buscava independência da estrutura administrativa otomana, alcançou muito pouco do que pretendeu a respeito da conquista de sua autonomia. O apoio externo, cedido pela Inglaterra e França, nesta ocasião, transformou-se em novas formas de dependência, quando as novas áreas árabes foram colocadas sob controle francês e britânico, corroborados pelo aval do Sistema Internacional, que dominava os conjuntos árabes de "sistema de mandatos", numa espécie de preparação controlada pela comunidade internacional dos seus processos efetivos de conquista de independência. Desta forma, o movimento acabou substituindo um tipo de subordinação, otomana, por outra, européia. Apesar de não obterem o grau de independência pretendido, as elites locais tornaram-se, ao menos, o governo de suas próprias populações, mesmo que o poder externo limitasse sua liberdade de ação em prol da garantia da segurança da economia européia e seus interesses políticos particulares, o que foi exatamente o caso do Iraque neste período. O primeiro ímpeto de manifestação do Nacionalismo Árabe, portanto, falhou em alcançar independência política e econômica. Assim, o próximo momento guiado pela manifestação destes valores buscava a eliminação da dominação européia e de seus agentes de forma mais agressiva. Os esforços desse segundo momento de nacionalismo não obtiveram sucesso até depois do final da Segunda Guerra Mundial. (HALLIDAY, 2005; HINNEBUSCH, 2003)

Desta forma, nota-se a inerente relação entre a formação dos Estados árabes e a presença externa nesses processos. Baseados nos mecanismos coloniais que regiam as relações metrópole-colônia, as elites locais, responsáveis pelo comando direto de suas populações e seus territórios, faziam-no com o aval da ingerência internacional, sendo mantida na posição de poder desde que garantissem não o interesse nacional, mas sim o estrangeiro que podia ir de encontro ao interesse nacional ou não. Assim, conforme as funções dos governos expandiam, aumentavam, também, suas burocracias militares, civis e tecnocratas. Isso significava que outros grupos, que não as elites tradicionais, passaram a compor a força de trabalho. A emergência dessa classe coincidiu com o levante de outras duas

classes, o proletariado urbano e rural, causada principalmente pelas mudanças na propriedade da terra e pelo processo de industrialização através de substituição de importações. Enquanto a estrutura econômica mudava, uma classe de pequenos burgueses surgia - banqueiros, exportadores e importadores - atrelados à dinâmica econômica internacional. (HALLIDAY, 2005; VISENTINI, 2014)

Ao fim da Segunda Guerra, a configuração social de classes e seus interesses próprios tinham passado por uma grande mudança, desde o estabelecimento dos governos no Iraque e em outras regiões do Mundo Árabe no fim da Primeira Guerra. Esse processo de diferenciação interna, de classes e de interesses nacionais, passaram a desafiar o *status quo* das elites vinculadas ao capital estrangeiro e ao interesse internacional, buscando uma nova ordem sócio-econômica dentro de seus Estados. Desta forma, o antigo Nacionalismo Árabe, fraco e subordinado, foi substituído por um novo e energético nacionalismo, caracterizado por uma sucessão de golpes militares em países árabes, dentro desses Egito (1952), Síria (1949) e Iraque (1958). Esses novos regimes buscaram substituir o poder econômico e político das aristocracias pela ação coletiva estatal em prol do desenvolvimento, aumentando o setor público e, em alguns casos, nacionalizando grandes empresas domésticas e estrangeiras quando o processo mostrava-se viável. Como será discutido neste trabalho, entretanto, esses novos regimes nacionalistas árabes falharam em diversas áreas também. Como um delas, podemos citar a característica repressiva e autoritária desses regimes. Outro aspecto, ainda, era a sua falta de comprometimento, ao contrário da sua retórica, de desenvolver suas economias num sentido de garantir, no longo prazo, a redução da dependência do sistema econômico mundial. Para fazer o contrário, seria necessário o reconhecimento de classes, uma coisa que a nova geração de nacionalistas optou por rejeitar. (HALE, W. & KIENLE, E., 1996; KHOURY, 2013)

Sobre a política econômica do nacionalismo árabe, pode-se, em termos gerais, definir a primeira onda do nacionalismo árabe como um movimento da elite, e o segundo, como um movimento liderado pela classe média e seus interesses. Neste segundo momento, ainda que o Nacionalismo Árabe não tivesse uma organização unificada ou uma liderança política única, suas aspirações subjacentes foram fortes o suficiente tanto para permitir certas mobilizações em massa em prol de seus objetivos e ideais quanto para convencer alguns conservadores a aceitar, mesmo que temporariamente, algumas de suas metas.

Essas aspirações e sentimentos foram articulados por dois principais movimentos políticos, sendo o primeiro deles liderado por Nasser e o outro pelo Partido Árabe Socialista,

o Baath. O centro da ideologia Baathista, que interessa ao trabalho, segundo o partido, são os objetivos da unidade árabe, da liberdade e do socialismo. Para o Baath, um dos objetivos do imperialismo seria barrar o processo da unidade árabe. Mas, para que não se confunda o socialismo do Baath com o comunismo ou, ainda, o marxismo, o Baath não somente rejeita os conceitos de luta de classe como a força motriz do desenvolvimento histórico, mas também defendia que o árabe não pode ser comunista sem antes abrir mão do arabismo, porque eles são mutuamente excludentes. Entretanto, o Baath não fornece uma ideologia paralela ao comunismo ou ao marxismo, apenas reforça, em sua retórica, a importância da unidade árabe e o nacionalismo árabe, numa espécie de discurso em círculo. (ALNASRAWI, 1994)

Entretanto, a pressão intra partidária, da ala esquerda, que defendia interesses que servissem diretamente a população e não somente ao partido, fez com que as questões de equidade e distribuição de renda fossem incluídas como objetivos de seus projetos econômicos e sociais. Em suma, entre a nova geração de nacionalistas que advogam sobre o socialismo árabe, o socialismo tornou-se numa prática similar as políticas aplicadas em alguns países terceiro-mundistas, nos quais o setor público acabou tendo que assumir responsabilidades do setor privado nacional quando este não se propunha, ou não detinham meios - tecnológicos ou de mão-de-obra especializada -, para fazê-lo. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994)

Na prática, pode-se dizer que os projetos econômicos estatais atendiam as necessidades deixadas de lado pelo setor privado, colocando o Estado numa posição de destaque pela bandeira da busca do desenvolvimento. Mesmo assim, o despreparo para criar, articular e sustentar projetos econômicos era evidente. O Nacionalismo Árabe continuava com um vácuo em suas propostas econômicas e em como colocá-las em prática, falhando em produzir um sistema compreensível de pensamento que possa constituir o conteúdo econômico e social defendido por esta vertente ideológica.

Ainda, uma análise econômica dos princípios do socialismo árabe, demonstrou que esta vertente permitia altos níveis de lucratividade, assegurava a propriedade privada e, conseqüentemente, perpetuava altos níveis de desigualdade de renda entre a população. Ao mesmo tempo, o socialismo baathista reservava certas atividades econômicas para o setor público, buscando transferir responsabilidades para esse setor através de processos de nacionalização. Assim, as atividades do setor público em quatro países líderes desse movimento nacionalista, Egito, Síria, Argélia e Iraque, estavam alinhados com a maioria das posturas e das atividades praticadas no chamado “Mundo em Desenvolvimento”, no qual o

capital privado mostrava-se relutante em comprometer-se com atividades econômicas de longo-prazo que apresentassem algum grau de risco, como a produção industrial. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994; AMIN, 2000; AMIN, 1986)

No início da década de 1980, momento que será analisado no próximo capítulo, era visível o movimento de mudança na estrutura de interações da política árabe. Percebeu-se, principalmente, durante o final dos anos 70, o declínio dos interesses desrespeitando a formação de uma grande nação árabe acompanhado da tendência da busca por interesses individuais de cada um dos Estados que compunham a região do Oriente Médio. Desta forma, o desgaste ideário da solidariedade árabe levou ao progressivo desaparecimento de questões com poder de mobilizar os Estados árabes em ações coletivas, resultando num maior “estadismo” na região. (BARNETT, 1998)

Os sinais da fragmentação podiam ser encontrados nas mais diferentes esferas de interação dos Estados árabes, e passaram a ser tópico de discussão freqüente - tanto nas cúpulas realizadas entre os países da região quanto em fóruns de discussão internacional, envolvendo Estados Unidos e União Soviética principalmente. O desenvolvimento de organizações sub regionais e os novos padrões de rivalidade e de conflitos inter-árabes foram acompanhados pelo desejo, mais latente em alguns países do que outros na região, de institucionalização de seus *status quo* de Estados soberanos, conforme a dinâmica de comportamento imposta pelo Sistema Internacional, contribuía para o processo de fragmentação da unidade do mundo árabe. A Liga Árabe, neste contexto, cedia lugar a formação de pequenos grupos dentro da região, que pretendiam coordenar seus interesses de forma mais direta, agrupando Estados com pautas e interesses muito próximos. A organização destes Estados em organizações menores, ainda, buscava a criação de um espaço que permitisse aos seus membros expressarem melhor suas identidades locais. A Guerra entre Irã e Iraque (1980) serviu como subterfúgio para a criação da primeira organização sub-regional dentro do mundo árabe, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em maio de 1981, composto por Oman, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Arábia Saudita e Kuwait, que buscavam, entre outros objetivos, proteger seus territórios da influência do cenário de guerra. Ademais, a criação desta sub-organização sinalizou a criação de uma espécie de barreira entre os Estados membros desta e o resto dos Estados árabes, demonstrando que, apesar de serem todos árabes, os Estados membros dividiam maior afinidade histórica, unindo-se entre si e separando-se dos demais. (BARNETT, 1998; HALLIDAY, 2005)

As novas formas de cooperação, entretanto, vieram acompanhadas de novas formas de conflito. Percebe-se uma diferença latente entre as rivalidades inter-árabes duas décadas antes, como a configuração do cenário da Guerra dos Seis Dias, em 1967, por exemplo, e os impasses que começavam a emergir no contexto da década de 80. Este novo comportamento pode ser corroborado através do fato de que nos anos 60, ainda os Estados árabes agiam com base no precedente de que compartilhavam uma identidade comum, que os orientava numa mesma direção. Já na década de 80, ao contrário, esses mesmos Estados questionavam se a identidade árabe era suficiente para que suas ações de política externa convergissem. Esta nova percepção de polaridade regional refletiu no comportamento entre os Estados árabes que, anteriormente, canalizavam suas rivalidades através de ações simbólicas, passaram a apresentar seus interesses particulares através de uma postura cada vez mais militarizada e hostil. (BARNETT, 1998; VISENTINI, 2014)

Segundo Barnett (1998), não somente havia uma tendência crescente do número de conflitos militarizados na região, como também fora observado uma mudança no padrão das causas desses conflitos que estavam, cada vez mais, associados a reclamações de caráter territorialista ou à busca por influência estratégica na região - ou, ainda, com um comportamento estatal orientado pela escola Realista de Relações Internacionais. (WALTZ, 1979). Anteriormente, os atritos estavam significativamente ligados a questões referentes a impasses domésticos, como o transbordamento de um conflito interno, ou a tentativa de um regime estatal aumentar sua popularidade através da produção de uma disputa externa. Em suma, isso demonstrava uma tendência crescente dos Estados árabes justificarem suas ações, ou buscarem seus objetivos, por meio militares - configurando uma drástica mudança de paradigma na condução de ações externas no mundo árabe, uma vez que maioria das ações de Política Externa costumavam ser legitimadas através do Nacionalismo Árabe. Estes dois fatores - maior militarização nas disputas inter-árabes e um número expressivo destas disputas derivadas de impulsos relacionados à *realpolitik* - sinalizavam uma configuração da região baseada no crescimento da importância do Estado soberano, a defesa de interesses particulares a cada um destes Estados em detrimento de pautas coletivizadas e de gradual fragmentação. Assim, quanto mais disposto um grupo de Estados árabes estava para conquistar seus objetivos através de ações militarizadas, mais outros grupos de Estados árabes reconheciam aqueles como hostis e como uma potencial ameaça, criando um ciclo destrutivo das relações inter-árabes que se retro-alimentava. (BARNETT, 1998; TRIPP, 2007)

Nos final dos anos 80, o debate sobre o desejo de estabelecimento de uma ordem regional, no Oriente Médio, ainda focava nas pautas a respeito do relacionamento entre os Estados árabes e a questão referente ao Arabismo. Contudo, este debate distanciava-se, substancialmente, daqueles que aconteciam duas décadas antes. Enquanto os Estado árabes, antes, debatiam sobre diferentes versões e aspectos da Unidade Árabe, incluindo discussões a respeito do incentivo às ações coletivas dos Estados em assuntos de interesse do Nacionalismo Árabe, além do reconhecimento comum do fato de que os status de soberanias estatais estavam circunscritos às normas deste mesmo Nacionalismo Árabe, agora, a pauta estava focada na busca por meios capazes de conter os conflitos internos da região, além do debate aberto sobre existirem, ou não, motivos que justificassem a orientarem convergente de suas ações estatais. Ao mesmo tempo, um dos meios de comunicação mais influentes do Egito, berço da primeira onda do Nacionalismo Árabe, atestando que não existia mais um país árabe que pudesse centralizar a responsabilidade por este processo de garantia de convergência de ações entre países árabes e que os objetivos do Nacionalismo Árabe haviam drasticamente sido modificados ao longo dos anos. (AHMAD, 1989; BARNETT, 1998) Ainda sobre o reconhecimento da deterioração da figura do Egito, berço do nasserismo, e, conseqüentemente, a perda de influência dos preceitos do Nacionalismo Árabe na região, Visentini (2014) ressalta: “Para os egípcios, a Guerra de 1967 constituiu um duro golpe no nasserismo, que inicia seu declínio interno e externo, com a perda de prestígio no mundo árabe.” (p. 33)

Não há, entretanto, um fator que possa ser apontado como a causa última e responsável por esse processo de fragmentação da unidade árabe. A guerra de 1967, certamente, contribuiu para que os Estados árabes recalculassem suas estratégias e, como conseqüência, se mostrassem menos dispostos ao engajamento em situações multilaterais de cooperação em prol de um ideal maior, como o representado pela identidade árabe. A emergência da política do petróleo, por sua vez, e o poder crescente destinado a Região do Golfo, que sempre havia estado na periferia do Nacionalismo Árabe, podem ser apontados, também, como fatores responsáveis pelo crescimento da busca por interesses estatais individualizados de cada um dos Estados árabes. Todavia, fatores estratégicos ou mudanças sistêmicas não explicam, sozinhos, as mudanças das Políticas Externas dos Estados árabes nem o porquê de terem passando de um processo de integração regional para um processo de fragmentação da região. Tendo isso em vista, pode-se afirmar que não foi a distribuição do poder, e sim as interações inter-estatais destes Estados que modificaram sensivelmente a

Agenda da identidade árabe, principalmente, a partir de 1967 e, posteriormente, em 1973, com os desdobramentos da Guerra de Yom Kippur. (BARNETT, 1998; ROCHE, 2012)

Os anos de rivalidade e conflito regionais lograram esvaziar o significado do Arabismo e, por conseqüência, transformado o relacionamento inter-estatal, nesta região, um subproduto da soberania estatal. No final dos anos 1980, então, os Estados árabes ainda buscam regras pudessem frear o processo de fragmentação política da região, e que, além disso, restaurasse, em alguma medida, sua força política através do resgate do compartilhamento da identidade árabe entre esses países.

A partir do contexto exposto, conclui-se que quando se fala de unidade política, no Mundo Árabe, a realidade é que se apresenta é, na verdade, de desunião. Diferentemente da sua retórica, os Estados pós-coloniais do Oriente Médio mantiveram-se tão separados quanto invejosos do seu próprio Estado, buscando reafirmar suas soberanias através dos interesses de seus líderes, como quaisquer outras regiões do globo. Após décadas de demagogia sobre unidade, as divisões pós-coloniais se mantiveram no Mundo Árabe, assim como na África e na América Latina. Nem a questão palestina, no caso do Oriente Médio, forneceu uma causa transcendente e unificadora aos países árabes. Inclusive, somente levou a ínfima ação conjunta, em muito, na forma de discursos e embargos coletivos, exceto nos locais nos quais os Estados árabes dividiam fronteiras com Israel, e neste locais, o conflito tomou forma de disputa territorial e não uma busca pela união árabe. (BARNETT, 1998; VISENTINI, 2014)

Mas nem a questão do islã, nem da palestina, nem da união árabe, nem do petróleo podem, sozinhas, definir *suis generis* o Oriente Médio ou os desdobramentos políticos que compõem seus Estados enquanto unidade. Nem somente a determinação geológica desértica ou a superestrutura religiosa-ideológica podem estabelecer a região como um exemplo de universalidade analítica.

2.3 O Projeto Modernizador Iraquiano (1970-1979)

Para ilustrarmos, em termos quantitativos, as mudanças na receita advinda do petróleo no início dos anos 70 totalizavam US\$ 219 milhões, em 1972, e aumentaram para US\$ 1.7 bilhões já em 1974. Seguindo essa tendência, em 1978 a receita acumulava US\$ 3.7 bilhões e em 1980 era contabilizada em 8.9 bilhões. Este crescimento, justificado, também, pela medida iraniana de diminuição de sua produção e exportação petrolífera, favoreceu a receita iraquiana vinda do petróleo que cresceu mais de 40 vezes em menos de uma década. (UN, 1991)

Um contexto regional favorável, combinado com um aumento sensível ao longo da década na receita de petróleo, permitiu que o Iraque Baathista aumentasse seus gastos governamentais com infra-estrutura, produção interna, serviços, importações e gastos militares. Ressalta-se que, tais níveis de investimento não poderiam ser sustentados por muito tempo mesmo em condições normalizadas e de paz e muito menos em realidades de conflito, como seria a da próxima década na qual o país adentrava.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 1970/71 - 1974-75 (1970-74) levou dois anos para ser preparado e foi formulado a partir da retórica revolucionária do Partido Baath, que deram o tom de seus documentos oficiais. Este plano, precursor no planejamento modernizador iraquiano, pode ser considerado um divisor de águas na história do planejamento iraquiano. Este foi o primeiro plano a ser montado, implementado, e posto em prática sob a mesma estrutura política de poder. Ademais, dada a opção do Partido Baath, que subiu ao poder em 1968, de deixar correr os planos estatais anteriores até o fim de seus períodos, até 1970, deu aos planejadores do Plano Nacional de Desenvolvimento vantagem sobre seus predecessores, sendo estes foram capazes de formular uma estratégia de desenvolvimento baseados em estudos sobre renda e experiência técnica e competência administrativa que o Iraque tinha sido capaz de montar durante as duas décadas anteriores. (ALNASRAWI, 1994)

Essa vantagem foi reconhecida, inclusive, no preâmbulo da estratégia do plano, que descrevia o novo Plano como sendo uma alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico fundado numa estratégia clara, com objetivos bem definidos e estruturas de implementação adequadas. Outro fator que o diferenciava era o fato de que fora introduzido no meio de uma era de aumento da receita advinda do petróleo, que começou com a conclusão do Acordo de preços de Teerã de 1971 e foi seguido pela explosão de preços em 1973-74, na primeira Crise do Petróleo. Ainda, o Plano Nacional de Desenvolvimento foi, também, o último plano publicado baseado no esquema quinquenal; após a conclusão deste plano, como será discutido nos próximos capítulos, o Baath adotou uma série de programas anuais de investimento que substituíram o formato tradicional de plano com linhas de tempo de cinco anos, que vinham caracterizando os esforços de planejamento iraquianos desde 1950. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994)

Assim, a estratégia do plano estava de acordo com a bandeira revolucionária que endossava do golpe de Estado de 1968, e afirmava que o processo tinha como compromisso acelerar o desenvolvimento econômico e social que essa revolução socialista-árabe. Neste

sentido, o Baath buscou demonstrar que tinha uma estratégia específica para o processo de desenvolvimento iraquiano, que incluía (i) o aumento da produção e da produtividade do trabalho; (ii) o uso de tecnologias modernas; (iii) o aumento do investimento na formação de capital humano; (iv) a criação de poupança e reservas estatais, como uma condição para permitir o desenvolvimento sustentado; (v) assegurar que o consumo não entrasse em conflito com a busca e a necessidade de criação de receita pública; (vi) o aumento da consciência das massas e da sua participação política e no processo de desenvolvimento econômico do país; (vii) a adoção do princípio de “crescimento sustentado”, que buscava a utilização eficiente de matérias-primas domésticas e encorajaria a indústria nacional a utilizá-los de forma eficaz, ajudando no processo de diversificação da produção local para melhor atender demandas internas; (viii) expandir e diversificar a pauta das exportações iraquianas - significando uma diminuição da dependência do petróleo; (ix) adotar uma política de importação racional, visando o aumento da qualidade de vida, especialmente, das classes marginalizadas; (x) fornecer suporte e incentivos ao setor privado, estimulando vias complementares ao papel do Estado na industrialização. (ALNASRAWI, 1994)

O plano nacional, desta forma, procurava articular dois grandes grupos de objetivos: objetivos gerais econômicos e sociais e objetivos específicos setorializados. Os objetivos gerais, incluíam, por exemplo, o aumento da renda nacional a um nível acima da taxa de crescimento populacional. Os objetivos setorializados concentravam-se, principalmente, nos setores produtores da economia (como agricultura e indústria). Estes propunham uma ampla exploração dos recursos minerais do Estado, buscando diminuir a dependência do petróleo; uma distribuição mais adequada dos projetos de desenvolvimento pelas diferentes regiões do país - principalmente na parte sul do Iraque, agrária e com alta concentração da população xiita; o aumento da prestação de serviços locais e aumento na produção de oportunidades de emprego; e, por fim, uma melhor distribuição da renda. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007; AMIN 2000)

No que tange a questão do petróleo, o planejamento estatal, contudo, não angariou uma mudança significativa no padrão de recursos de financiamento que pretendia, as receitas advindas do petróleo continuavam fornecendo a maior parte da renda estimada no plano. A importância do petróleo, de fato, aumentou durante o Plano Nacional de Desenvolvimento.

A grande alocação de investimento e esforços estatais no setor petrolífero foi um reflexo de várias considerações, algumas delas com origem, ainda, em 1961. Quando o regime de Abd al-Karim Qasim (1958-1963) nacionalizou a maior parte da terra cobertas pelas três

concessões, nem ele nem seu regime sucessor foi capaz de desenvolver de forma considerável as reservas iraquianas de petróleo. A Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, criada, em 1964, com a intenção de desenvolver suas reservas e construir uma indústria de petróleo nacional, não ganhou os recursos necessários ou o apoio político para conquistar seu objetivo. O regime que subiu ao poder em 1968 decidiu, então, colocar em prática as políticas que atendiam aos objetivos originais da CNPI, fornecendo legislação e fundos para tal. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

Como contrapartida, os resultados de longo prazo dessas decisões foram o aumento, ao invés da diminuição, do papel do petróleo na economia iraquiana, aumentando a dependência da economia neste setor em particular. Em 1969, um número de acordos com a União Soviética, Alemanha oriental e Hungria foram assinados e providenciaram empréstimos e assistência técnica, treinamento e equipado para ajudar a CPNI a construir uma indústria nacional de petróleo. O pagamento dos empréstimos seria feito a partir do petróleo que a ajuda permitira ser produzido. (TRIPP, 2007; KREUTZ, 2002; KREUTZ, 2006)

Uma característica significativa do Plano estava na grande parcela da receita estatal destinada ao setor industrial, que estava para receber quase duas vezes o valor do investimento destinado a outros setores, como o da agricultura. Estava claro, a partir do padrão de alocação de investimento, que o governo deve ter concluído que o desenvolvimento industrial, especialmente o desenvolvimento do setor petrolífero, deveria ser priorizado.

O Plano Nacional de Desenvolvimento foi promovido por um regime que se autodenominava como revolucionário e socialista, e que afetaria, radicalmente, as estruturas econômicas e sociais do Iraque. Baseado em alegações dessa magnitude, imagina-se, que o Plano do início dos anos 1970 resultaria em cisão com a organização dos regimes anteriores, especialmente com aquele que foi retirado do poder em 1968. Mas, mesmo uma inspeção casual a respeito do Plano, sua literatura base, suas alocações, seus resultados, e seu *modus operandi*, levam a conclusão de que não apenas este não constituía uma mudança como, também, o desenvolvimento das políticas do novo regime e o próprio plano demonstravam uma continuação fiel das medidas de desenvolvimento passadas. Em 1973, as previsões estabelecidas pelo Acordo de Teerã foram substituídas por mudanças no mercado e pelo evento da Guerra Árabe-Israelense, em outubro de 1973, quando os países árabes produtores de petróleo e outros membros da OPEP decidiram aumentar o preço do barril de US\$ 3.01, para US\$ 11.65 em janeiro de 1974. Por um lado, o aumento da receita advinda do petróleo foi bem-recebido porque aumentou as opções do governo, suas oportunidades e sua

flexibilidade mas, por outro lado, removendo qualquer restrição de gastos, erodiu a integridade do Plano e do processo de planejamento econômico como um todo. (ALNASRAWI, 1994; MEED, 1986)

Em outras palavras, o Plano não continha nada que pudesse ser classificado como radical ou revolucionário. O projeto econômico, feito sem pressa, e formulado inteiramente pelo partido Baath, demonstrava mais uma evidência da falta de coordenação entre a retórica partidária e as ações de Estado tomadas pelo grupo seletivo que controlava o governo.

Ironicamente, a explosão do preço do petróleo de 1970 acabou com a esperança dos planejadores do plano nacional de desenvolvimento de mudar a estrutura da economia iraquiana. Assim, ao invés de diminuir a dependência da contribuição do setor petrolífero na porcentagem total da criação de receita governamental, aumentou de 16.4% do GDP para 60.4% em 1974. Ao contrário, os setores da agricultura e manufatureiro tiveram seus índices de participação drasticamente diminuídos. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003)

Após 1975, o Ministério do Planejamento iraquiano estava tentando estabelecer, novamente, estratégias de longo prazo. O início da década havia demonstrado a grande imprevisibilidade envolvendo a organização econômica do Oriente Médio, altamente conectada com movimentos políticos internacionais, com o salto dos preços do petróleo. Assim, a burocracia estatal do regime baathista passou a cogitar um plano de desenvolvimento de longo prazo, de 20 anos (1975-1995), que serviria como um extenso quadro geral contendo planos de desenvolvimento de médio prazo quinquenais, ocorrendo, separadamente, dentro deste quadro macroeconômico de organização e planejamento. A decisão de formar um grande quadro de planejamento significava uma busca por continuidade, estabilidade e flexibilidade também. Além disso, oferecia a vantagem de elementos de previsibilidade para a economia como um todo, reduzindo os impactos severos associados a mudanças inesperadas ou aumentos não planejados de gastos de governo ou de aumento da receita de petróleo, entre outros. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Essa opção foi concebida em um momento no qual as receitas do petróleo representavam um nível altíssimo no tesouro estatal. Um plano de longo prazo teria criado um estabilizador automático para o gasto público pelas próximas duas décadas e racionalizado programas de importação, assim como evitado gargalos e inflação ou a reutilização não planejada de petrodólares. Nos países produtores de petróleo, a grande entrada de capital que criara uma receita estatal superavitária, advinda da alta dos preços de compra desta

commodity no mercado internacional favoreceram políticas de curto prazo, baseadas no imediatismo e em vontades particulares que contrariavam o planejamento estatal e o ganho coletivo no longo prazo. Esses países, como no caso iraquiano, usaram a receita disponível não de uma forma a garantir, por exemplo, autonomia e independência econômica da região, mas sim para fins políticos, muitas vezes de característica arbitrária, através de compras militares que aumentassem sua projeção de poder sustentada em termos securitários, para sustentar redes clientelistas ou, ainda, como subsídios aos países vizinhos com os quais tinham um bom relacionamento. Ademais, questões como a auto-suficiência em agricultura estavam cada vez mais longe de serem alcançadas, e grandes mudanças eram, ao mesmo tempo, limitadas pela utilização improdutiva do capital disponível e pela questão da disponibilidade da água na região. (ALNASRAWI, 1994; AMIN, 2000)

A aceitação do plano, em última instância, era feita não pela lógica do seu planejamento, sendo as técnicas utilizadas e as inovações pretendidas submetidas a agenda política da liderança do estado, que era um pequeno grupo de homens que compunham o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), que concentrava todo o poder político, legislativo e executivo. Em outras palavras, o CCR era, e ainda é o corpo supremo do governo no Estado iraquiano. Foram eles que decidiram por rejeitar a sugestão de continuar com quadros de planejamento de longo prazo, optando por abandonar a continuidade e estabilidade de projetos favorecendo os programas anuais de investimento. Em 1975, portanto, um programa de investimento foi iniciado e interrompido, logo após, em 1976, quando um novo quadro de investimento foi estabelecido e substituído, logo em seguida, por outro planejamento no ano de 1977. Mais do que um conjunto de políticas econômicas erráticas, essa opção sinalizou graus de incerteza do Estado iraquiano junto ao mercado internacional. Já em 1977, o RCC adotou um plano de desenvolvimento nacional, 1976-1977, mas diferentemente dos planos de desenvolvimento anteriores, este não contou com a publicação usual da alocação de investimento setorial e nem com as despesas agregadas do plano. Depois de 1980, como será demonstrado até o final do trabalho, a experiência do desenvolvimento e de modernização do Iraque foi, primeiramente, barrada pelo impacto da Guerra entre Irã-Iraque (1980-1989), que mudou os gastos de desenvolvimento drasticamente e deu fim ao padrão que o Estado iraquiano havia desenvolvido ao longo de 30 anos, e, posteriormente, negado pelas consequências da Invasão ao Kuwait (1990-1991) e a imposição dos embargos do conjunto de sanções impostas pelas Nações Unidas. (ALSNARAWI, 1994, TRIPP, 2007)

Se a política econômica internacional caracteriza as relações externas da região, também opera nas relações internas: como um resultado do boom do petróleo nos anos 70, substanciais entradas de dinheiro e de mão-de-obra atravessaram fronteiras entre os estados da região. Os crescimentos aparentes destes países foram causados muito pela larga disposição de ativos financeiros obtidos através da economia do petróleo, diretamente herdada ou de alojamentos inter-estatais. Estas receitas petrolíferas também no longo prazo declinaram, particularmente quando os índices de crescimento populacional são levados em conta, como no Iraque, um país de grande população na região do Golfo Pérsico. Realmente, atrás do fenômeno econômico do petróleo, estava outro, uma tendência inexorável, também, em parte, resultante do crescimento do bem-estar promovido pelo boom do petróleo - o crescimento populacional. Isso, o único razoavelmente previsível aspecto do Oriente Médio no início dos anos 90, não cooperou muito com a busca por estabilidade, equidade dentro e entre Estados. (ALSNARAWI, 1994; TRIPP, 2007; HALLIDAY, 2005)

Procurando, incessantemente, descrever motivos internos, regionais e internacionais que explicam, sob diversas perspectivas, o processo de ascensão e queda do projeto modernizador iraquiano, busca-se, também, demonstrar que as performances econômicas do Oriente Médio, portanto, não se explicam somente por questões culturais ou religiosas, ou, mais especificamente, pelo Islã. Podendo ocorrer alguma tipo eventual de correlação mais direta, este fato está longe de ser uma explicação aceitável: o islã não inibiu, de forma considerável, o crescimento e desenvolvimento econômico, nem durante a história pré-moderna da região e também não após. Sendo mais favorável ao comércio e ao lucro do que qualquer outra grande religião, incluindo o catolicismo, não apenas não constituiu uma barreira como, muitas vezes, estimulou a troca e o ganho econômico com potências ocidentais. Ainda, o islamismo, como qualquer outra religião, não tem papel definitivo sob implicações econômicas, ou financeiras ou fiscais. Não pôde, sozinho, explicar porquê um sistema econômico, ou outro, é adotado. Não se trata, portanto, da religião, tendo em vista que os valores do islã eram as vezes mais próximos da organização capitalista aceitável do que outras religiões, como o cristianismo. O mercado (enquanto instituição capitalista moderna) e não a *sunna*, comandava os fluxos financeiros do Iraque. (HALLIDAY, 2002)

Seguindo a lógica exposta por Halliday (2005), este índice relativo de empobrecido para a região como um todo evidencia muitas das dificuldades que o desenvolvimento econômico encontrou, não apenas em termos de difusão de recursos próprios, mas também em termos do impacto nas economias no que tange fatores políticos que caracterizam a região -

guerras e corridas armamentistas, intervenções estatais e distorções das economias, uma retração persistente tanto para a ação de atividades empresariais quanto de níveis gerais administrativos ou competência educacional, e a falta de mão-de-obra treinada e competitiva internacionalmente. Ainda, a disponibilidade de grandes quantidades de dinheiro através das rendas do petróleo e dos investimentos estrangeiros diretos, ainda que extremamente mal distribuídos, e a prestação de outras formas de rendimento, por razões de segurança, contribuem para o elemento de política e de estabilidade de alguns regimes em muitos países.

Assim, nos anos 70, a região adentrou, ao que parece, num período de prosperidade até então incomparável. Nos Estados produtores de petróleo, e também naqueles que se beneficiam indiretamente das suas riquezas, isso levou ao aumento substancial em receitas estatais, criação de infra-estruturas básicas, e crescimento do Produto Nacional Bruto. Este crescimento aparente era, em muitos aspectos, enganoso. Mesmo com o crescimento generalizado no Oriente Médio, os grandes aumentos da renda petrolífera, recorrentes nos países de pequena população, não se traduziu em grandes mudanças de renda per capita na região como um todo. O Iraque, país populoso, e historicamente dividido em termos sociais, por exemplo, não poderia sustentar aumentos de renda per capita e melhorias nos padrões de vida e consumo ao longo da extensão do seu território por muito tempo e foi exatamente esta tendência que foi observada nas duas décadas seguintes.

3 OS ANOS 1980, A GUERRA IRÃ-IRAQUE (1980-1988) E O DECLÍNIO DO PROJETO MODERNIZADOR

A Economia Política, enquanto campo de estudo, defende que existe uma interconexão indissolúvel entre variáveis políticas - estado, conflito, ideologia - e variáveis econômicas - produção, finanças, tecnologia. O estudo das Relações Internacionais, em qualquer região do mundo, revela que questões econômicas, domésticas ou internacionais, são indissolúveis de questões políticas. No caso do Oriente Médio, essa interconexão faz-se ainda mais evidente. Em repúblicas ou em monarquias, articulações e aspirações políticas - coletivas ou individuais -, são a base para a criação de projetos econômicos e políticas de Estado, promulgados por líderes nacionais. A figura do líder, concentradora de poder, e muitas vezes, megalomaniacos resultaram em programas de industrialização que buscavam, antes, um interesse privado do que o bem-estar coletivo. Assim, a influência do líder sob o comportamento de seu Estado era mais fundamental do que qualquer tipo de planejamento. (HALLIDAY, 2005) No caso

iraquiano, diversos exemplos demonstram que os altos núcleos de poder dentro do Estado, enxergavam a economia como um meio para estabelecer e dar força ao poder do seu estado. Os recursos econômicos iraquianos permitiram ao Iraque ter o papel que teve. O que é verdade no caso de Saddam, é verdade também em vários outros casos de estados da região. Sejam as chamadas do Xá para uma “grande civilização” nos anos 70, seja ou os projetos generosamente financiados, mas incessantemente inatingíveis, dos governantes do Golfo para o ensino superior, os mesmos fatores, a vaidade de suas elites e a manipulação da sociedade e a competição inter-estatal, se aplicam. (TRIPP, 2007)

Em 22 de setembro de 1980, o Iraque deu início às hostilidades contra o território iraniano, invadindo o território do país vizinho em oito locais diferentes. Utilizando-se de seus cálculos de estratégia militar, esta campanha pretendia demonstrar a capacidade militar iraquiana. A campanha foi utilizada como uma demonstração do uso da força que desestimularia retaliações iranianas, e levaria a República Islâmica a negociar um rápido fim às hostilidades em termos que favoreceriam o Iraque, principalmente, através de concessões territoriais e reconhecimento público da superioridade iraquiana na região. Saddam acredita que o regime inseguro do Irã se desengajaria do conflito, em seus estágios iniciais, para garantir sua sobrevivência. Entretanto, esse foi um erro de cálculo que os próximos oito anos mostrariam ser catastrófico. Não somente as Forças Armadas iraquianas, controladas, na prática por Saddam Hussein, eram bem mais incompetentes e vulneráveis do que se acreditava, mas, o mais importante, o governo iraniano enxergou no conflito um teste a revolução de 1979 em si. Em algumas semanas, estava claro que o conflito rápido e de proporções demonstrativas, planejado por Saddam tinha se transformado em algo diferente. A retaliação iraniana foi feita através do bombardeando de instalações petrolíferas iraquianas ao sul de Bagdá, forçando a suspensão das exportações de petróleo, nesta região, após apenas quatro dias do início do conflito. Ainda que, em alguma medida, as exportações de petróleo tenham sido retomadas, essas exportações foram suspensas novamente no final de novembro de 1980, em consequência da destruição dos terminais de petróleo na costa iraquiana, que, em pleno funcionamento, contavam com capacidade de exportação de US\$ 2.5 milhões em barris por dia, cortando a exportação de petróleo iraquiana em cerca de 72%. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007; VISENTINI, 2014)

A guerra, que o governo iraquiano sem sombra de dúvida pensou que seria uma campanha curta e bem sucedida, ao estilo *Blitzkrieg*, arrastou-se por oito anos, com

implicações humanas e econômicas desastrosas que a sociedade iraquiana, assim como sua economia, continuariam sentindo os efeitos pelas décadas subseqüentes.

3.1 A Subida de Saddam Hussein a Presidência e os primeiros anos de conflito com o Irã (1979-1982)

Saddam Hussein, antes mesmo de assumir o cargo formal da presidência da República iraquiana em 1979, era uma figura notória dentro do Conselho do Comando Revolucionário (CCR). O Conselho do Comando Revolucionário, conforme definido pela Constituição do país, estava acima de qualquer outra instituição governamental, e, na maioria dos casos, acima de qualquer outra autoridade estatal. Por ser uma instituição derivada diretamente do Partido Baath, a composição do CCR variou ao longo da história iraquiana, sendo, inclusive, um indicativo dos diferentes momentos da organização partidária, ora dilatada ora significativamente restritiva.

O último passo para o movimento de centralização do poder na figura de Saddam Hussein aconteceu em 1979 quando, aos 42 anos de idade, este assumiu o cargo de Presidência da República iraquiana, somando a este suas posições, também, frente à liderança do Partido Baath, o cargo de Primeiro-Ministro iraquiano, de Comandante-Chefe do Conselho do Comando Revolucionário e, ainda, enquanto responsável pelos serviços de inteligência do Estado. Dito de outra forma, no ano que antecedeu a decisão de invadir o território vizinho iraniano, Saddam tornou-se, oficialmente, a figura mais alta da autoridade política e econômica dentro do Iraque - posição que, informalmente, já ocupada desde, pelo menos, meados dos anos 1970. (TRIPP, 2007)

Dado o nível de concentração de poder político e econômico, e a estrutura organizacional sob a qual o Estado e o partido foram construídos, faz-se natural concluir que o governo, em termos administrativos de gabinete e ministérios, tornou-se uma extensão dos interesses do RCC ou do próprio Presidente. Isto posto, com esse sistema político altamente personalizado, seria surpreendente se a liderança desejasse ser sobrecarregada por longos processos de tomada de decisão ou, ainda, pelo compromisso a longo prazo incorporado em planos econômicos quinquenais, ou nas restrições derivadas de duas décadas antecipadas de planejamento. O imediatismo, contido em políticas de curto-prazo, tornou-se carro-chefe dos processos de tomada de decisão e do comportamento iraquiano, interno e externo. (ALNASRAWI, 1994)

Dessa forma, a natureza do regime iraquiano parece contribuir para explicar, também, o porquê das autoridades políticas optarem por ignorar recomendações feitas pelos seus próprios economistas de planejamento, que sustentavam, através de suas pesquisas em andamento, a manutenção do planejamento estatal com objetivos específicos, subseqüentes e lógicos. Em uma espécie de aversão ao crescimento da burocracia estatal, o governo escolheu operar através de programas de investimento de apenas um ano de duração cada - uma nova política que forneceu grande liberdade para mudanças de direcionamento de investimentos e alocação de recursos setoriais. Essa prática demonstra não simplesmente uma falta de comprometimento real do Partido Baath com a sua Agenda de desenvolvimento econômico, mas a ilusão da ação do curto prazo, buscando uma superação acelerada do atraso acumulado durante séculos, possibilitada pela ampla renda estatal resultante da produção de petróleo, que permitia ao Estado um maior espaço de manobra, de redirecionamento estratégico e um reordenamento constante de prioridades. Desta forma, o imediatismo e a renda do petróleo acabaram dissuadindo uma busca comprometida pela diversificação econômica da pauta exportadora iraquiana assim como de seus projetos de desenvolvimento agrário e industrial. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007; AMIN, 2000)

Ironicamente, foi a guerra entre Irã e Iraque (1980-1988) que finalmente forçou Saddam Hussein a prestar maior atenção a questão econômica, através da percepção de que, naquela conjuntura, tal crescimento tinha tornado-se um imperativo político para a garantia de sua sobrevivência enquanto liderança do partido e detentor do poder estatal. Por fim, foi a exaustão das reservas externas, o declínio da ajuda externa, as perdas em exportação, e o aumento das demandas da guerra que forçaram o regime a abandonar a sua postura pouco realista e arquivar os projetos, considerado supérfluos, por seus credores em tempos de crise. (ALNASRAWI, 1994; TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

Somando-se a isso, o Estado iraquiano não logrou desenvolver um sistema de taxaço eficaz durante as décadas anteriores, que foi posto em segundo plano pela grande disponibilidade de capital da década de 70. Entretanto, como o período de guerra mostrará, quando a disponibilidade de capital de giro foi substancialmente corroída, o Estado iraquiano transformou-se, inevitavelmente, em um Estado com altos índices de déficit fiscal - que, por sua heterogeneidade social - encontrava sérias dificuldades de impor novos meios de arrecadação através de políticas impopulares e que ameacem, em potencial, sua estrutura clientelista de poder. (ALNASRAWI, 1994; FIORI, 1992)

3.2 Os anos 80, o rearranjo regional do sistema árabe e a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988): o marco inicial da desestruturação do Estado iraquiano.

Em 1980, a economia iraquiana apresentava sinais de que aquele seria, potencialmente, o primeiro ano de uma nova seqüência promissora e de crescimento econômico para o Iraque. Seguindo a tendência da nacionalização da Companhia de Petróleo Iraquiana e a explosão dos preços do petróleo entre 1973-1974, das décadas anteriores, o Iraque encontrava-se em posição de dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento, adotando um planejamento orçamentário que desconsiderava problemas como escassez de capital ou divisas internacionais. (ALNASRAWI, 1994; TOWNSEND, 1984)

No território vizinho, o sucesso da Revolução Iraniana (1979), que derrubou o regime monárquico de Xá Mohammad Reza Pahlevi, transformando o Irã em uma República Islâmica teocrática - sob o comando de aiatolá Ruhollah Khomeini -, chamava atenção dos Estados Árabes e da comunidade internacional. A nova República islâmica instaurada optou, no início dos anos 1980, por uma política de diminuição de extração e exportação de petróleo, tornando o Iraque, que expandiu sua quota de exportação para suprir a demanda do mercado internacional, o segundo maior exportador dentro da OPEP, atrás apenas da Arábia Saudita. Na verdade, a Revolução Iraniana (1979) era mais um sintoma de que a estrutura da política árabe estava em curso de mudança. Durante os anos 80, cada vez mais a retórica de um interesse coletivo árabe perdia espaço para o interesse estatal particularizado. A questão da solidariedade árabe, bastante evasiva tanto enquanto conceito quanto enquanto planejamento de atuação, e o desaparecimento de questões que favorecessem o clima de cooperação interestatal contribuíram para a mudança. Novamente, os Estados árabes estavam consumidos, durante suas conferências, pela busca das causas, conseqüências e curas para a sua fragmentação. Ainda assim, apesar dos discursos em prol da unificação de objetivos, os sinais dessa fragmentação estavam em todos os âmbitos e cenários, acompanhados de uma crescente competitividade que colocava, ainda mais distante, o objetivo de uma só grande Nação Árabe. (BARNETT, 1998, TRIPP, 2007)

O desenvolvimento de Organizações Sub Regionais, novos padrões de rivalidade inter-árabes e conflito, e o desejo de institucionalizar a soberania estatal contribuíam para a sua fragmentação. (BARNETT, 1998) De fato, a segmentação de interesses econômicos e securitários fez com que grupos de Estados árabes se aglutinassem e se diferenciassem do

conjunto do mundo árabe, distanciando-se, cada vez mais, da idealização de uma grande nação nacional-árabe. A criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em maio de 1981, composto por Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait, era resultado do medo comum de que o processo revolucionário de Khomeini perpetuasse sua mensagem, gerando instabilidade entre uma parcela substancial de suas populações xiitas e além disso, que o conflito entre Irã e Iraque acabasse, portanto, efetivamente incluindo outros estados. O CCG, ao compartilharem interesses comuns a um grupo de Estados árabes específico, também acabaram desenhando uma barreira com o resto da região e, principalmente, com os países árabes não produtores de petróleo. (BARNETT, 1998)

Ainda, faz-se importante ressaltar que o aumento do preço e dos ganhos do petróleo em 1970 foi sustentado em apenas uma *commodity*, o petróleo. Os grandes fluxos de entrada de capital, portanto, eram reféns do comportamento de oferta e demanda de apenas um produto primário no mercado internacional. Assim, a qualquer momento em que esses ganhos de exportação começassem a diminuir, por quaisquer razões que fossem, o impacto dessa queda seria transmitido através de um efeito multiplicador para o resto da economia iraquiana, afetando seus projetos, orçamento e população. (ALNASRAWI, 1994) E foi precisamente isso que aconteceu com a economia iraquiana uma vez iniciada a guerra. O mais importante a ser notado sobre os planos de desenvolvimento da década de 70, portanto, foi a incapacidade de criarem uma verdadeira diversificação da produção interna, desde bens de consumo duráveis até bens de consumo não duráveis, como produtos alimentos, e da pauta exportadora iraquiana.

Outro efeito geral da guerra foi a escassez gradual das reservas de capital estrangeiro e o aumento da dependência do crédito estrangeiro e, no longo prazo, um acúmulo de dívidas externas. Neste contexto de exaustão das reservas estrangeiras do Iraque, a Arábia Saudita e o Kuwait, motivados por interesses próprios, forneceram considerável suporte financeiro ao Estado iraquiano, principalmente na fase inicial da guerra. (ALNASRAWI, 1994; TOWNSEND, 1984)

A disponibilidade de ativos externos acumulados e a significativa assistência através de financiamento árabe permitiu ao Iraque levar a diante uma política denominada como “armas e manteiga”, a qual pretendia sustentar os níveis de consumo da população mesmo com o aumentando de seus gastos militares de 1980 a 1982. Desta forma, o aumento das importações foi extremamente significativo nesse período, com os bens de consumo atingindo marcas de 80% de representatividade dentro dos produtos importados. (ALNASRAWI, 1994)

Pode-se depreender dessa política que o governo baathista compreendia bem o contexto social frágil no qual a sociedade iraquiana, e portanto sua estrutura burocrática e administrativa, se apoiava. Manter o controle social, a qualquer custo, será uma política constante desse governo até a sua queda em 2003. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

É relevante perceber aqui que as trocas internacionais eram monopólio do Estado. Inclusive, dada a natureza estrutural do Estado iraquiano, é difícil determinar, com precisão, se existiu, verdadeiramente, um setor privado e onde iniciava sua cisão com o setor público ou domínio estatal. Isso significa que quaisquer aumentos nas importações devem ser entendidos como uma decisão deliberada de política do governo. Desta forma, o grande aumento das importações de bens não militares, nos dois primeiros anos de guerra, deve ser entendido como uma estratégia política posta em prática pelo governo para diminuir o impacto da guerra nos níveis de vida da população iraquiana, garantindo grandes quantidades de produtos comuns para consumo da população. Criava-se dentro dos setores sociais, portanto, uma crença na aparente capacidade do regime do Partido Baath de resistir a guerra contra o Irã, sustentada pelo clima de normalidade em Bagdá. Ao mesmo tempo, a manutenção dos níveis de bem-estar da população buscavam suprimir levantes populares estimulados pela Revolução Iraniana (1979), que encontrava respaldo no segmento xiita da população iraquiana. (ALNASRAWI, 1994; GAUSE III, 2013; HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

Além dos esforços para manutenção do nível do consumo da população inalterado, o Estado mostrava-se disposto a aumentar seus investimentos em projetos de caráter desenvolvimentista. Como discutido anteriormente, esta era uma das conseqüências dos planejamentos econômicos de curto prazo, que acabavam dispersando os investimentos governamentais. Os ativos alocados experimentavam um alto grau de mobilidade, fazendo com que muitos projetos iniciassem, mas poucos apresentassem, efetivamente, resultados - um problema muito comum em Estados de economia mista e de ímpeto desenvolvimentista, principalmente naqueles de industrialização atrasada. (ALNASRAWI, 1994; FIORI, 1992)

A receita estatal advinda do petróleo diminuiu enquanto as promessas de investimento estatal aumentavam. Mesmo antes do início da guerra com o Irã (1980-1988), a economia iraquiana vinha sofrendo uma série entraves e gargalos - inflação crescente, falta de mão-de-obra qualificada e infra-estrutura inadequada. Além disso, a separação da mão-de-obra, já escassa, entre as demandas da economia civil e as frentes de guerra apenas adicionaram problemas a questão da mão-de-obra iraquiana, especialmente em tempos nos quais os empreiteiros estrangeiros e suas companhias estavam retirando seus trabalhadores de um

Estado engajado em conflito e constantes hostilidades. Em suma, a guerra com o Irã tornou visível alguns dos problemas crônicos do Estado iraquiano. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994; HALLIDAY, 2005)

O decorrer dos anos 80 demonstraria, por sua vez, que o Iraque simplesmente não possuía recursos financeiros suficientes para disponibilizar em prol de projetos de desenvolvimento simultâneos ao conflito. Apesar da face imposta pelo governo e das altas projeções de investimento em documentos oficiais, não existia escapatória da realidade trazida à tona pela guerra. Em 1982, quando a frente de batalha entrou em território iraquiano, onde permaneceria pelos próximos seis anos, as lacunas do Iraque Baathista foram expostas, manifestando-se desde a queda da receita governamental até os níveis de vida populacionais. (TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

3.2.1 A defesa do território iraquiano (1982-1988) e o impacto da mudança do mercado petrolífero mundial

Em 1979, o Iraque era o segundo maior Estado exportador de petróleo dentro dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), atrás somente da Arábia Saudita, representando um percentual de 11% do total de receitas de exportação da organização. Em 1983, 3 anos após o início da guerra contra o Irã (1980-1988), passou a representar apenas 5% das exportações totais da organização. Três fatores diretamente relacionados a *commodity* justificam este declínio: os desdobramentos da guerra, que, por sua vez, diminuíram as capacidades de produção e exportações petrolíferas iraquianas; o declínio geral internacional na demanda por petróleo, e particularmente pelo petróleo dos membros da OPEP; e o declínio nos preços do petróleo no mercado mundial. Somava-se a isso, a decisão do governo sírio, em 1982, de fechar os oleodutos utilizados pelo Iraque para exportação de petróleo. O rápido declínio nas receitas vindas do petróleo forçou o regime iraquiano a adotar programas de restrição de gastos e de austeridade e a parar projetos de desenvolvimento exceto aqueles que estavam ligados a questão da guerra. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994; TOWNSEND, 1984)

Em um mercado no qual alguns produtores diferentes vendem um produto homogêneo, como petróleo, deve-se ter em mente que enquanto a parcela de vendas de um produtor diminui, a parcela de vendas de outro produtor aumenta, pois este último adquire a parte do mercado perdido por seu competidor direto. Este foi um fenômeno visível, por

exemplo, no caso do Irã, que dentro do contexto da sua revolução, decidiu cortar suas exportações de petróleo entre 1977 e 1979. Na época, o encolhimento das exportações iranianas foi contrabalançado pelo aumento das exportações de outros países produtores do Golfo, como Arábia Saudita, Iraque e Kuwait. Utilizando-se da mesma lógica, o declínio das exportações do Iraque e do Irã, envolvidos em conflito direto entre 1980-1988, foi compensado por outros produtores, destacando-se a Arábia Saudita. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003)

É importante ressaltar que, neste contexto, de Guerra Fria e convulsão regional, a Arábia Saudita optou deliberadamente por continuar sua produção em níveis altos incomuns, mesmo como o reconhecimento generalizado do excesso da oferta no mercado mundial, causando, uma baixa de preços ainda maior do que a própria conjuntura dos anos 1980 já demonstrava. Mas, enquanto a receita total das exportações da OPEP diminuiu pra 16.5 mil barris por dia em 1982, após atingir 28.9 em 1979, a parcela de exportações da Arábia Saudita aumentou para 37% em 1982, comparada com 32% em 1979. A política de superprodução foi percebida pelo presidente iraquiano, Saddam Hussein, como prejudicial:

Nós direcionamos nosso amigável, mas sério criticismo a alguns irmãos árabes cuja produção e políticas de mercado levaram a criação de um excesso no mercado de petróleo. Nós simplesmente não podemos achar convincentes os argumentos a favor dessa política e de seus objetivos. Seus efeitos nocivos sob os produtores árabes de petróleo e outros é bastante claro. Se alguns dos estados produtores de petróleo tem superávit financeiro, nem todos nós possuímos tal acumulação de riqueza. nós também não vemos nenhuma sabedoria em níveis de produção que levam a excessos de oferta de petróleo no mercado.” (Middle East Economic Survey (MESS) July 27, 1981, PP. 1-2. tradução nossa)

Em retrospectiva, entretanto, nem políticas diferentes advindas do governo saudita nem comportamentos de membros da OPEP, enquanto organização articuladora de países produtores, poderia ter feito muito pra estancar o declínio geral das exportações de petróleo. Este declínio generalizado, por sua vez, associado ao sucesso dos países industrializados na busca por meios de conservação de energia e medidas de substituição de matriz energética tradicional e pelo o surgimento de países exportadores de petróleo não membros da OPEP. (OASB, 1991)

De fato, talvez um dos grandes erros de cálculo cometido pelo regime do Baath no Iraque, como outros regimes de países produtores de petróleo e de industrialização atrasada,

foi a falha em reconhecer que, em última análise, a demanda mundial por petróleo não é inelástica no longo prazo. O não reconhecimento deste fato, de que a demanda por petróleo de fato diminui se os preços permanecem altos, provou-se desastrosa para suas economias intrinsecamente dependentes desse produto primário. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994)

O Iraque, na verdade, ocupou lugar de mero expectador durante as mudanças turbulentas que assolaram o mercado petrolífero durante os anos 1980, já que suas exportações continuavam bem abaixo da sua capacidade de produção como consequência da guerra com o Irã, como resultado do fechamento dos escoamentos de exportações no golfo pérsico e na Síria. Em 1986, a receita iraquiana diminuiu para 6.9 bilhões de 26.3 bilhões em 1980. (TRIPP, 2007)

A guerra continuava sendo disputada, desde 1982, em solo iraquiano e a receita do petróleo, desta forma, continuava diminuindo, mas a dependência do Estado iraquiano dessa fonte de renda se intensificou já que essa reduzida fonte de receita deveria cobrir os gastos militares e os não militares do Estado, como a importação de alimentos, ou para pagamento a dívida externa que se acumulava e para o aumento de seu crédito, na busca por novos empréstimos. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003)

Uma importante consequência desse cenário de mudança a respeito do petróleo iraquiano foi a crescente dependência do regime de financiamento de suporte advindos dos seus vizinhos, como Arábia Saudita e Kuwait, e da sua inclinação a fazê-lo. Em outras palavras, a partir da metade dos anos 1980, não é exagero dizer que a economia iraquiana e sua sobrevivência militar estavam apoiadas diretamente na receita petrolífera, na ajuda econômica de outros países árabes ao Iraque, e no crédito estrangeiro, sobretudo o soviético.

3.3 O fim da Guerra contra o Irã (1980-1988) e o declínio do projeto modernizador iraquiano

Como exemplificado acima, a fim de entender-se o grau de desestruturação econômica iraquiano em 1988, compara-se este quadro com o contexto no qual o Estado iraquiano se encontrava até o início dos anos 1980. A partir da segunda metade dos anos 1970, o Iraque experimentou os resultados positivos do aumento significativo da sua extração, produção e exportação de petróleo. A receita petrolífera, a renda nacional, renda per capita, o crescimento industrial, e o crescimento dos gastos público e consumo privado foram algumas das

conseqüências da boa fase. O Iraque teve, ainda, uma balança de pagamentos com saldo positivo, resultando em cerca de US\$ 40 bilhões em reservas estrangeiras. No momento que antecedeu a decisão do governo iraquiano de invadir o Irã não existia a sensação de fatalidade, no curto prazo, que deveria envolver o processo de tomada de decisão. (ALNASRAWI, 1994)

Ainda, por trás desse quadro econômico encorajador, haviam problemas estruturais que ou o governo optou por negligenciar ou simplesmente não detinha dos meios necessários para enfrentá-los. Esses problemas incluíam escassez de mão-de-obra nacional qualificada que acompanhasse o ritmo de expansão e sofisticação da economia iraquiana; estagnação do setor agrário, que era incessantemente compensado por importações de produtos alimentícios, aumento da população urbana; índices inflacionários persistentes; e a crescente dependência do ser petrolífero na economia. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

A verdade é que os tomadores de decisão poderiam continuar lidando paulatinamente com esses problemas sem alterarem drasticamente suas políticas estatais caso a receita produzida pelo petróleo continuasse gerando reservas estrangeiras que permitissem a importação de produtos agrícolas e outros bens de consumo duráveis e não duráveis, matérias primas e bens de capital, equipamento militar, e mão-de-obra estrangeira especializada. Além disso, o Estado controlava sozinho a maior fonte geradora do Produto Nacional Bruto, o petróleo. Numa tentativa de assumir um perfil estatal próximo ao desenvolvimentismo, o governo colocou-se em uma posição concentradora do investimento necessário para alavancar sua economia. Assim, assumiu o papel de grande empregador; de árbitro do processo de redistribuição de renda entre a sociedade altamente heterogênea, e de redistribuição de incentivos em regiões escanteadas historicamente do país - como a parte sul de seu território. Além disso, garantiu incentivos ao setor privado, buscando uma economia do tipo mista, e, quando confrontado com o gargalo tecnológico que atravança seu crescimento, mesmo sem aparato institucional para garantir contrapartidas vantajosas para um crescimento auto-sustentado, decidiu abrir-se, em um primeiro momento, à presença de empresas estrangeiras. Somando-se as ferramentas economias, a receita petrolífera permitiu ao governo colocar em prática uma série de medidas repressivas para garantir a aceitação do seu regime pela sua população, ou outras frentes políticas que eram constantemente presas, mortas ou expurgadas. (TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

No caso do Iraque, as proporções do aumento da receita derivada do petróleo nos anos 70 foram tão significativas, e, em algum grau, inesperadas que o regime baathista pareceu

comportar-se como se essa tendência fosse irreversível. Ademais, somava-se a essa tendência de comportamento a descoberta de que as reservas de petróleo iraquianas eram maiores do que se achava inicialmente, alimentando uma espécie de falsa crença a respeito dos limites fiscais e aos recursos econômicos que o regime encontrava a sua disposição. Ainda que, hipoteticamente, a capacidade de exportação do Iraque não tivesse sido afetada pela decisão de invadir o Irã no início da década subsequente, seus ganhos de exportação e disponibilidade de capital teriam sido sensivelmente reduzidos em função do declínio geral na demanda por petróleo, como descrito anteriormente. (ALNASRAWI, 1991; TRIPP, 2007)

Assim, quando a guerra arrastou-se por um período de tempo maior do que o previsto pelo governo iraquiano, este governo não teve outra alternativa senão redirecionar, emergencialmente, sua economia para uma economia de guerra. Apesar da tentativa do governo de manter, até 1982, a população insulada do conflito e de seus efeitos, através de aumentos nas importações de produtos de consumo e dando continuidade aos programas de investimento anuais, inclusive aumentando alocações de recursos, as realidades da guerra forçaram os formadores de política, a reverterem à tendência e adotarem políticas condizentes com períodos de conflito. Como dito anteriormente, o ano de 1982 marcou um ponto de virada na guerra que duraria oito anos, no qual o Irã foi capaz de expulsar as forças iraquianas do seu território e levando a frente de batalha para solo iraquiano. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2002)

Já no início da guerra, na fase de bombardeios aéreos, o Iraque perdeu acesso aos únicos portos utilizados para recebimento de suas importações. Dada a alta dependência iraquiana das importações de produtos, muito deles básicos e essenciais à sobrevivência da população, este fato forçou o Iraque a recorrer a rotas de entrega que passassem por territórios vizinhos, como Kuwait. Esse esforço de repensar a logística de entrega, além de aumentarem os períodos de entrega, aumentavam também os preços dessas importações. Além disso, nos dois primeiros anos de guerra, de 1980-1982, o epicentro da base industrial do programa de desenvolvimento estatal foi severamente danificado, incluindo indústrias petroquímicas e de base, produtoras de ferro e aço. Ainda, os projetos que não foram prejudicados ou destruídos por completo, foram estancados pela retirada da mão-de-obra estrangeira, e especializada, no contexto de troca de hostilidades. (TRIPP, 2007; VISENTINI, 2014)

Em suma, os efeitos destrutivos da guerra, nos primeiros dois anos, levaram a deterioração generalizada da economia, confirmada em 1988, com o fim do conflito. Quando o conflito chegou ao fim, a partir de um cessar fogo assinado entre ambas as partes

envolvidas, o Iraque debruçava-se sobre aquilo que daria o tom do que este trabalho denomina de “Década Perdida”, nos anos 90: a exaustão das reservas estrangeiras que havia acumulado; o declínio geral da atividade produtiva, altos índices de inflação; declínio da produção agrário e industrial em prol da expansão das forças armadas nacionais; escassez de mão-de-obra; cortes e restrições na pauta das importações; aumento do endividamento externo; aumento da dependência em artigos alimentícios.

O fato mais marcante das metas estabelecidas para os Programas de Desenvolvimento de 1976-1983, portanto, é a falta de correspondência entre a realidade iraquiana e o seu planejamento econômico. Anteriormente, a receita petrolífera havia permitido o financiamento do desenvolvimento pelo Estado. Conforme crescia a necessidade da criação de redes de patrocínio ou de ações repressivas para manutenção do regime no poder, também diminuía a parcela do orçamento direcionada ao desenvolvimento. A conjuntura dos anos 80, unindo o conflito externo a insatisfação social interna, tornou inviável que o padrão de gastos estatal continuassem o mesmo. O investimento que buscava o desenvolvimento iraquiano, como praticado, de forma singela ou de forma escancarada, por mais de três décadas teve seu fim talvez não em 1980, mas, com certeza, em 1982. Assim, para assegurar, pelo menos, sua sobrevivência política, o regime do Partido Baath precisou sacrificar o projeto modernizador estatal. (ALNASRAWI, 1991; ALNASRAWI, 1994)

Sobre esse aspecto, enquanto a guerra e o colapso do mercado de petróleo forneciam justificativas imediatas para o fim do gasto com projetos de desenvolvimento, existia, também, uma justificativa estrutural fundamental que atravessava questões conjunturais desfavoráveis. Essa condição está relacionada com a própria natureza do regime que subiu ao poder em 1968. Sem um programa econômico sólido, o Iraque Baathista tendeu a mudar constantemente suas políticas econômicas para melhor satisfazer as necessidades mais imediatas dos grupos de interesse que permeavam o governo e na qual se apoiava a sua governabilidade, deixando o Estado, muitas vezes, refém do interesse privado. O aumento da receita petrolífera deu ao regime um alto grau de liberdade para aumentar o desenvolvimento e o gasto militar, mudar a configuração de alocação de recursos entre setores, acelerar ou desacelerar as importações conforme sua vontade, enfatizar e desenraizar o investimento agrário e industrial, importar de mão-de-obra estrangeira enquanto não investia de forma eficaz em programas de capacitação da mão-de-obra nacional, gastos de recursos humanos e fiscais para fins de perseguição política a grupos opositores do regime, expulsão de segmentos da população, e engajar-se em longos e caros processos de redistribuição populacional pelo

país. Todas essas políticas refletiam a linha extremamente tênue entre as iniciativas que buscavam o bem coletivo e aquelas que perseguiram o interesse privado e particularizado das elites que, pelo processo histórico de formação do Estado iraquiano, compunham sua base, dando ao governo de Saddam o tom errático eventual, pelo qual foi estritamente caracterizado a partir dos anos 90 por aqueles que buscavam deslegitimar qualquer uma das ações iraquianas. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Sobre os impactos dos gastos militares da guerra, em 1970, o governo iraquiano destinava US\$ 1 bilhão para gastos militares, ou 19.4% do Produto Interno Bruto (PIB) - um percentual alto para a média global. Em 1975, o gasto militar aumentou, ocupando 22.8% do PIB iraquiano. Em 1980, o gasto militar já representava 38.8% do PIB. Vale lembrar que, por serem dados relativos, embora o gasto militar tenha aumentado bastante entre 1970 e 1975, sua importância relativa a receita petrolífera tenha diminuído em função do aumento muito mais significativo da receita criada pelo petróleo no começo dos anos 70, como descrito pelo trabalho anteriormente. Mas, durante os anos 80, o gasto militar absorveu 75% da receita petrolífera. Nos anos subsequentes, o governo gastou com o setor militar mais do que arrecadava com o petróleo. Em outras palavras, enquanto o petróleo aumentava US\$ 9.7 bilhões por ano, o gasto militar correspondia, na mesma época a 23.9 bilhões de 1981-85. (ALNASRAWI, 1994; US AGENCY, 1989)

Este déficit de cinco anos, somando US\$ 71.5 bilhões foi financiado por empréstimos cedidos, principalmente, pelo governo saudita e pelo Kuwait. Ademais, esse déficit, em termos políticos e sociais, representava a liquidação de reservas internacionais, o crescente endividamento externo, o abandono de planos de desenvolvimento e de modernização, e uma diminuição substancial no padrão de vida da população iraquiana. Uma análise da inflação, medida pelo índice de preços do consumidor no período, mostra um índice inflacionário variando de 5-6% entre 1960 e 1970. Em 1975, alcançou a marca de 18%, chegando em 68% em 1979, tendo como base comparativa o ano de 1973. Devido ao alto aumento em gastos de governo e as condições impostas pela guerra, o índice inflacionário pulou para 95% em 1980, 139% em 1981 e 369% em 1988. Sob essa condição, pode concluir-se que a maior parte da renda per capita foi consumida pela própria inflação. (ALNASRAWI, 1994)

Numa economia mista e relativamente aberta como a iraquiana, as trocas internacionais tinham um papel vital em moldar os resultados econômicos e sociais do país. Dito de outra forma, o mercado internacional influenciava diretamente no crescimento econômico, nos níveis de gastos governamentais e privados, no processo de busca pela

diversificação econômica, na apreensão de tecnologia e *know-how* que fomentassem a pesquisa e desenvolvimento, e no próprio grau de dependência nacional dos mercados externos. A troca internacional é especialmente crucial em um país que depende do ganho cambial através da exportação de apenas um produto primário.

Dada a base estreita na qual sua economia se sustentava, e o aumento da sua dependência dos mercados internacionais pela grande demanda de produtos do gênero alimentícios, bens de consumo, bens intermediários e bens de capital, bens militares quaisquer declínios não planejados nas importações e nas exportações afetaria o nível da atividade econômica como um todo, empregos, distribuição de renda, preços, entre outras. (ALNASRAWI, 1994)

Como consequência do fechamento dos oleodutos no território sírio, a restrição econômica e as medidas de austeridade que o governo colocou em prática, adoção formal de uma política de privatizada em 1987 como um meio do regime se isentar de alguns dos seus problemas econômicos, os últimos anos da guerra forçaram o regime a reorientar sua política para o setor privado, fornecendo um novo significado seu papel na economia iraquiana. Numa economia dominada pelo estado, onde o governo era o destinatário de quase dois terços do PIB e no qual o seu gerenciamento da economia passava por quase todos os setores - agricultura, distribuição de terras, transações comerciais domésticas e internacionais, construções - o corpo da atividade do setor privado foi influenciado pelo padrão dos gastos governamentais, assim como por suas políticas para o setor privado, supostamente colhendo. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003, TRIPP, 2007)

Enquanto as condições da guerra criaram um contexto de mudança em favor do setor privado, essa mudança não aconteceu repentinamente. O regime do Baath encaminhava-se para essa direção mesmo antes do conflito com o Irã, como sinalizavam alguns discursos de Saddam sobre a intenção de retirada do governo de funções relacionadas ao setor agrário, por exemplo, que ficariam a cargo do setor privado. Não faltava ao governo noção da realidade que o cercava, mas faltava-lhe meios para garantir a manutenção do seu poder e, ao mesmo tempo, colocar em curso o conjunto de medidas e de mudanças necessárias que, em muitos sentidos, aumentava a sua impopularidade em uma sociedade já insatisfeita. Essa abertura, principalmente do setor agrário, pode ser explicada tanto por fatores econômicos quanto políticos. Em 1979, a fim de assegurar sua autoridade, Saddam inicia um processo de cisão dentro do próprio partido, expurgando membros da elite e encorajando a atividade privada. essas ações por parte do novo presidente ajudaram-no a prevenir qualquer desafio em

potencial a sua autoridade, por um lado, e a criar um grupo ou classe que iria promover um grau de base política e de legitimação para o seu regime. (ALNASRAWI, 1991; TRIPP, 2007)

Além disso, a decisão de aumentar o papel desempenhado pelo setor privado na agricultura foi levada adiante por questões de entraves políticos econômicos frente ao fracasso do governo em alcançar auto-suficiência em termos de produtos alimentícios, o aumento da conta das importações de comida, a diminuição da disponibilidade de trabalhadores no campo, e o reconhecimento que a fusão massiva de capital na agricultura não tinha alcançado seu objetivo da esperança de rápidos ganhos de produtividade. (ALNASRAWI, 1994)

Engana-se quem entende a negligência do setor agrário como um descuido estatal. A verdade é que a busca por investimento tardio nesse setor refletia a opção do governo, no curto prazo, de manter uma economia baseada no petróleo. Além disso, quando a economia do petróleo deu sinais concretos de potencial colapso pelo impacto da guerra, o regime e o Partido Baath decidiram buscar ajuda no setor privado para livrar-se de algumas atividades controladas pelo setor público buscando ajudar a situação econômica do governo durante a crise econômica, livrando-se de potenciais gargalos econômicos. Em 1982, o governo iraquiano tomou oficialmente a decisão de aumentar o escopo da participação do setor privado na economia iraquiana.

Em fevereiro de 1987, o regime anunciou um programa ambicioso de liberalização econômica e privatizações. Os principais pontos do programa incluíam a venda das terras pertencentes ao governo, e fábricas. Em tempo, outras medidas foram anunciadas com a intenção de fornecer competição, desregulamentação do mercado de trabalho, abertura econômica para investimento estrangeiro, flexibilização incentivos para empresas privadas. Para diminuir o peso das contas sob sua receita advinda do petróleo, o governo optou pelo corte de subsídios a empresas estatais. Mas os problemas econômicos estruturais da economia e da estagnação do setor da agricultura e industrial, agravados pelas conseqüências destrutivas da guerra, não poderiam ser amenizadas por um programa de privatização que foi levado adiante por conveniência política. Ao invés de solucionar a crise econômica iraquiana, a nova política teve o efeito de aumentá-los, como fica evidente no aumento disparado de preços em uma grande parcela de bens de consumo. (ALNASRAWI, 1994; HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

O governo iraquiano simplesmente não tomou o tempo necessário para desenvolver quadros apropriados pras questões financeiras, econômicas e legais para transferência de responsabilidade governamentais para o setor privado ou, ainda, ao estrangeiro. A

conveniência da nova política foi manifestada através da vontade governamental de vender empresas estatais a preços que eram inclusive mais baixos do que valiam, o que aconteceu efetivamente na maioria dos casos, refletindo uma inabilidade administrativa generalizada. Desejando retirar-se de atividades que não fossem de cunho estratégico, ou petróleo, ou defesa ou petroquímica, o Estado se demonstrava ansioso para delegar outras atividades ao setor privado. No geral, as políticas de alívio para o Estado falharam no que ambiciosamente pretendiam e os problemas, como o da inflação, continuaram. o declínio resultante da busca de poder forçou ainda mais o declínio nos padrões de vida da população. Em face de tal fracasso, o governo foi forçado a retirar-se dessas políticas quando decidiu decretar o congelamento de preços em muitos bens de consumo, retomar algumas empresas para o controle estatal, aumentar os subsídios agrícolas, aumentar os salários dos funcionários públicos e estabelecer menores margens de lucro para empresas estatais e misturadas. (ALNASRAWI, 1994; HALLIDAY, 2005)

Assim, dois tipos de perdas emergiram do exaustivo conflito entre Irã e Iraque nos anos 80: as perdas não quantificáveis e as perdas quantificáveis. As perdas não quantificáveis, ou implícitas, refletem a alta mortalidade decorrente da guerra, e a baixa expectativa de vida do cidadão iraquiano que logrou sobreviver aos embates do conflito. A inflação, os custos de oportunidade envolvendo crescimento econômico *versus* importação de bens militares e uma completa desorganização do planejamento no período pós-guerra. Os custo explícitos, por sua vez, incluem os gastos com setor militar, os custos de substituição de artigos destruídos, a perda do montante da produção petrolífera e de geração de receita estatal, os gastos de reorientação de rotas para práticas de exportação e importação e a diminuição do PIB. (ALNASRAWI, 1994)

Nos anos 70, a economia do Iraque Baathista demonstrava indicadores com grandes índices de crescimento, que convergiam com o plano modernizador estatal, desafiando padrões contemporâneos e históricos: consumo, investimento, exportação, importação, infraestrutura, desenvolvimento industrial, todos os índices avançavam em ritmo acelerado. A Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988), e os desdobramentos políticos e econômicos dos anos 80, por sua vez, fizeram mais do que travar a tendência: colocaram um fim no crescimento e, na verdade, transformaram-no em crescimento negativo. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

4 OS ANOS 1990: A “DÉCADA PERDIDA” PARA O IRAQUE

Como apontado por Alnasrawi (1994), a análise histórica de países envolvidos em períodos de guerra mostra que as verdadeiras conseqüências do conflito são sentidas a partir do momento em que estes terminam. Independentemente de vitoriosos ou derrotados, inevitavelmente, ambos iniciam seu próximo ciclo histórico empobrecidos em alguma medida. Em 20 de agosto de 1988, quando foi assinado o cessar-fogo entre o governo republicano e secularista do Iraque e a república islâmica teocrática do Irã, o Estado iraquiano havia contraído um montante de dívidas que ultrapassavam, várias vezes, o valor do seu PIB acumulado durante o mesmo período. A lista de dificuldades que a economia iraquiana já apresentava antes da guerra, portanto, foi expandida e agravada com os resultados de oito anos de conflito.

Mais especificamente, o Iraque adentrou o período pós-guerra com grande parte da sua capacidade de extração e produção de petróleo destruídas, bloqueadas, ou fechadas. Suas indústrias básicas e pesadas estavam ou destruídas ou necessitavam de grandes reparos para que retomassem suas atividades; sua infra-estrutura, incluindo redes de energia elétrica e de distribuição de água potável, estava extensamente danificada; uma parte significativa de sua mão-de-obra nacional havia sido realocada em frentes militares; a agricultura demonstrava sinais crescentes de estagnação e o crescimento industrial, por sua vez, tinha atingido níveis muito menores de expansão do que apontavam as projeções para o período. Ainda, um contingente significativo de trabalhadores rurais havia migrado para os centros urbanos ou abandonado o país, uma vez que a região agrária do Iraque ficava localizada ao sul de seu território - onde ocorrera grande parte das frentes de guerra a partir de 1982. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

O planejamento estatal que buscava crescimento e desenvolvimento, confrontado com o período de guerra, não conseguiu superar a dependência estatal do setor petrolífero. Assim, a dependência estatal de importação de produtos alimentícios havia aumentado ainda mais, e o fenômeno de hiperinflação estava totalmente fora de controle; o processo de privatização que se seguiu não foi bem sucedido; e, dado o alto endividamento e a aparente instabilidade do Estado, o capital árabe e estrangeiro não poderiam mais ser atraído para a economia iraquiana. Desta forma, não parece exagero afirmar que o Iraque começa a década dos anos 90 com sua economia em ruínas, sua política altamente instável e sua população extremamente empobrecida. (ALNASRAWI, 1994)

4.1 A busca pela reconfiguração do Estado iraquiano: entre a intervenção e o apoio externo, unidade ou polarização regional

Portanto, quando a Guerra contra o Irã chegou ao fim, em 1988, além dos problemas de reconfiguração e crescente polarização regional e um quadro de deterioração econômica causando sérios entraves ao projeto de modernização iraquiana e projeção de poder, Saddam Hussein enfrentava significativa instabilidade política interna, que ameaçava sua governabilidade. Assim, o fim do conflito externo não foi acompanhado de uma diminuição dos problemas estatais iraquianos, mas sim pela tendência contrária. No início dos anos 90, o cenário interno iraquiano era composto por embates entre o governo central e a rebelião curda e a contínua repressão levantes populares liderados por organizações xiitas islâmicas. Ao mesmo tempo, os desafios mais preocupantes ao poder do Presidente estavam dentro do Partido Baath e nas redes de patrocínio que sustentavam a própria estrutura de poder do Estado controlado por Hussein. (TRIPP, 2007)

A solidariedade corporativa estabelecida entre as elites e os membros oficiais do governo, subjacentes ao esquema clientelista organizado, e a precariedade econômica do país apresentavam desafios particularmente agudos a forma de neo-patrimonialismo na qual apoiava-se a estrutura estatal iraquiana, na qual linhas bastante tênues separavam o público do privado. Portanto, a organização governamental, concentrada na figura de Hussein, baseada em círculos familiares e redes extensas de patronagem, era, ao mesmo tempo, garantia da sobrevivência política de Saddam e instável o suficiente para levar ao seu fim. Foi durante o clima de conspiração militar, exigências crescentes de feudos familiares e expectativas gerais que buscavam por mudança que o Presidente iraquiano comprometeu-se com uma maior abertura do domínio público e ampliação da diversidade política - com a abertura de novos assentos na Assembléia Nacional e o encorajamento a críticas construtivas ao governos e sua burocracia estatal por parte da imprensa ou outros grupos formadores de opinião. Não surpreendentemente, a maioria das promessas não foi mantida e participação política continuou altamente controlada. O presidente, seus parentes e outros membros do seu círculo mais próximo continuavam imunes à crítica, a burocracia e o processo de formulação de políticas do Iraque. (TRIPP, 2007)

Como outros grandes líderes, implacáveis e astutos, na busca pela consolidação de seus objetivos, ao longo da história mundial, se as iniciativas do governo não eram

efetivamente postas em práticas, pelo menos serviam à manipulação política que possibilitava a governabilidade de um líder muito consciente da estrutura que sustentava o seu poder, e, justamente por isso, capaz de controlá-la a partir dos recursos disponíveis que encontrava, mesmo que muitas vezes escassos.

Ademais, o Iraque pós-1988 enfrentava, ainda, grandes problemas no âmbito da economia política. A falta de fundos dificultava, por um lado, a retomada, ou continuidade, dos projetos que buscavam crescimento e desenvolvimento econômico e, por outro lado, colocavam em juízo sua estrutura governamental. Existia um claro clima de incerteza, dentro dos alto escalão políticos, quanto ao futuro do Iraque. Na ausência de iniciativas estatais de subsídio ao setor privado e promoção de crescimento econômico, e a aparente falência do modelo modernizador pautado em importações e orientado para o consumo, forneceram motivos para um amplo ressentimento contra o líder que, naquele momento, parecia muito mais incompetente do que heróico. (HALLIDAY, 2002; HALLIDAY, 2005)

Assim, em uma espécie de busca de fuga para frente, medidas de liberalização da economia iraquiana, que já haviam começado ainda nos últimos anos da guerra contra o Irã, foram ampliadas e reformuladas. A fragilidade da soberania pós-colonial começou na esfera econômica com a ascensão do "Consenso de Washington" na década de 1980. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial estabeleceram a aplicação da "sabedoria da dependência do mercado" aos países em desenvolvimento em dificuldades econômicas. Em troca de empréstimos, essas organizações exigiam não só o livre comércio, mas também a liberalização do capital e dos mercados financeiros. Em meados da década de 1980, os empréstimos de ajuste estrutural representavam mais de 25% dos empréstimos do Banco Mundial e passaram a ser vistos pelo Banco Mundial e pelo FMI como condição prévia para novos empréstimos. Esses empréstimos tinham um grande número de condições de política anexadas que foram projetadas para reduzir drasticamente o papel do estado na economia. A remoção de quotas de importação, o corte de tarifas e controles de taxas de juros, a desvalorização de moedas e a privatização das indústrias estatais foram impostas aos governos de países em desenvolvimento pós-coloniais. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

Controles de preços, pelo Estado, foram levantados, a atividade empresarial foi encorajada e um número de empresas estatais foram vendidas para o setor privado nacional ou grupos estrangeiros, assim como outros patrimônios menores estatais, dando o presságio do que parecia o início do dismantelamento final do grande setor público iraquiano. Entretanto,

esse processo mostrou-se vantajoso apenas para uma parcela muito pequena, além de muito específica, da sociedade iraquiana, enquanto que, para a população, no geral, resultou em um aumento inflacionário que tornou-se tão sério que as regulamentações de controle de preços levantadas tiveram que ser impostas em várias áreas. Assim, em termos de conquista de popularidade interna para o governo, o processo de liberalização logrou muito pouco. (ALNASRAWI, 1994; TOWNSEND, 1984; TRIPP, 2007)

Ademais, toda essa atividade, apesar de benéfica para aqueles em posição de obter lucro, não poderiam lograr qualquer mudança significativa no quadro geral econômico do país. Dado o fardo do pagamento da dívida externa acumulada (que ocupava 50% da renda estatal iraquiana nos anos 90 e crescia continuamente), os gastos exorbitantes nas tentativas de reconstrução do país. Medidas de austeridade, como reduções nos serviços públicos, demissões no aparelho burocrático, e a desmobilização de tropas das Forças Armadas iraquianas apenas aumentaram o problema do desemprego. A contínua baixa nos preços de venda do petróleo e a extrema dependência das importações, desde equipamentos militares a produtos alimentícios para a população - a busca por uma solução mais drástica se mostrava necessária. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

Foi nesse contexto de clara exaustão do modelo de modernização estatal, que o Iraque passou a buscar alternativas que permitissem o aumento das suas exportações de petróleo, fonte quase única da arrecadação estatal. O Iraque, assim como muitos outros países de industrialização tardia no século XX, não havia logrado estabelecer um sistema de taxaço eficiente que garantisse fontes diversificadas de geração de renda ao Estado, como um esquema de impostos. Dito de outra forma, sem a receita vinda do petróleo, o Estado não poderia obtê-la, em proporções quantitativamente similares, de outra forma. Quando muito se gasta e muito pouco se arrecada, gera-se um acúmulo de problemas fiscais, de natureza deficitária, consideravelmente preocupantes no longo prazo. (ALNASRAWI, 1994)

Contudo, a opção do governo iraquiano por políticas de curto prazo nas décadas anteriores, antes de ser um fenômeno de displicência ou de incapacidade administrativa que, muitas vezes, são atribuídas, equivocadamente, aos Estado dessa região do globo, encontrava uma de suas justificativas no fato de que os gastos de governo para o aumento da produção nacional levam tempo para mostrarem resultados esperados, sendo o único caminho restante para os formuladores de políticas o aumento de importações enquanto para sanar problemas que clamam por imediatismo, enquanto o nível de produção nacional de produtos importados era aumentada. Esses processos de crescimento econômico e busca por maior autonomia, pela

via da substituição de importações era uma prática muito comum a Estados que buscavam o desenvolvimento. (HALLIDAY, 2005; VISENTINI, 2002)

Como observado por Alnasrawi (1994), em caso de ausência de uma política pautada no desenvolvimento, ou se esta política falhasse em aumentar a produção nacional de insumos, por exemplo, o país tenderia a aumentar sua dependência de importações. E, desta forma, a economia tornaria-se um mero mecanismo de exportação de petróleo em troca de produtos importados. Aumentos no padrão de vida poderiam ser alcançados, mas tais aumentos tornariam-se reféns das forças que formam a demanda e o preço do petróleo, que estão além do alcance dos governos dos países produtores de petróleo, como o caso iraquiano. Ou seja, cria-se um quadro de extrema dependência externa que é disfarçado por melhores padrões de vida internamente, que por sua vez, sustentam altos níveis de importações permitidos pelo acúmulo de receita cambial advinda do preço alto do petróleo ou de seus altos níveis de demanda. Essas situações, como já sugerido, podem inverterem-se a qualquer momento porque o regime não controla o comportamento do mercado internacional. No curto prazo, a dependência não é tão grave, mas, no longo prazo, tende a criar um quadro de dependência e estagnação. Infelizmente, no caso iraquiano, a manutenção da ordem popular e da administração do Partido Baath dependia altamente de aprovação popular, tendendo, desta forma, a evitar medidas anti-populares em prol de um desenvolvimento de longo prazo.

No caso do Iraque, o problema da diversificação da economia foi agravado por uma série de decisões tomadas pelo Partido Baath, ainda nos anos 1970, de investir no setor petrolífero, perpetuando, desta forma, as características de uma economia baseada no petróleo. E é aqui que a percepção da construção do estado iraquiano, além do seu contexto regional e seu relacionamento com o sistema internacional, confirmam sua importância. O regime poderia ter dado continuidade a esse tipo de comportamento desde que as exigências econômicas sob a receita petrolífera não fossem aumentadas pelas condições anormais de guerra ou endividamento, que acabaram drenando essa receita. (ALNASRAWI, 1994; HALLIDAY, 2005; HINNEBUSCH, 2003)

Assim, Saddam Hussein perseguiu um número de alternativas que incluía a tentativa de persuasão dos países membros da OPEP a aumentarem, enquanto organização, os preços do petróleo através de quotas restritivas de exportação - diminuindo a oferta e aumentando o preço da *commodity*. Ainda, buscou nos vizinhos iraquianos do Golfo, Arábia Saudita e Kuwait, apoio para que suas dívidas resultantes do financiamento durante o período de guerra contra o Irã fossem aliviadas. Mais tarde, o presidente iraquiano passaria a alegar que o

financiamento prestado, de cerca de US\$ 40 bilhões, ao Iraque durante a guerra, deveria ser considerado antes como um ato de ajuda externa do que, de fato, um empréstimo. Além disso, sugeriu que estes países vizinhos deveriam, pautados pela solidariedade árabe, contribuir, também, no processo de reorganização econômica do Estado iraquiano. (TRIPP, 20017)

Sem respostas positivas, Saddam e seus associados mudaram o tom de seus discursos e passaram a utilizar linguagens mais hostis, que, de alguma forma, corroboram o clima de desespero, nos primeiros seis meses de 1990. Aqui, portanto, tem-se o que parece ser o verdadeiro ponto de inflexão do relacionamento entre Iraque e seus financiadores árabes durante a década anterior, que passaram de credores a inimigos iraquianos em um espaço de tempo de dois anos.

A opção por alternativas que ameaçassem o uso da força demonstrava, na verdade, a crítica diminuição do espaço de barganha que governo iraquiano enfrentava, buscando medidas que permitisse ao Estado minimizar suas sensíveis perdas econômicas, transmitidas a sua economia, política e conjunto social no início dos anos 90. O Iraque buscava, sobretudo, extrair recursos do Golfo que permitissem a reconstrução do Estado no pós-guerra, aliviando a posição financeira iraquiana, e, além disso, assegurassem a autoridade de Saddam e restabelecessem o Iraque como o país dominante na região e um líder no mercado de petróleo. Esse tipo de objetivo e de iniciativa, assim como os meios para disponibilizados alcançá-lo, lembrava muito a postura iraquiana que levou a Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Foi baseada na crença de que os Estados árabes do Golfo, confrontados com a ameaça feita pelo Iraque, agiriam da forma esperada cedendo as condições Iraquianas. Foi também feita sob a suposição que a comunidade internacional e as grandes potências, em particular os Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria, e o início do que foi precocemente chamado de “Novo Século Americano”, aceitariam a posição de liderança do Iraque na região do Golfo e, caso não fosse esse o caso, mostrariam-se dispostos a negociarem em prol do Iraque, caso esse movimento culminasse numa crise causada pelas tropas armadas iraquianas. Além disso, como nos anos 1980, Saddam baseada alguns de seus posicionamentos e decisão na consideração intangível de que ele era o líder necessário ao território e do Estado nacional iraquiano, demandando ações que garantisse os direitos do povo iraquiano. Em 1990, essa postura era traduzida na Agenda que buscava estabelecer uma influência controladora do Iraque sob os assuntos do Kuwait e de tornar mais humildes os Estados árabes do golfo produtores de petróleo. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

4.2 A Invasão do Kuwait (1990-1991): territorialismo ou formação de espaço de barganha?

Em 1990, o Iraque deparava-se com as conseqüências de dois anos de completa estagnação econômica, insatisfação política interna e dívida externa exorbitante. Não tendo conseguido atrair concessões substanciais junto aos Estados do Golfo, o Estado iraquiano, em um movimento que inspirava desespero, apoiou-se na ameaça do uso da força, como último recurso, na tentativa de angariar algum tipo de vantagem dentro do cenário no qual se encontrava.

Tendo incluído no seu cálculo estratégico que nem os Estados árabes nem potências internacionais, como os Estados Unidos, se engajariam em uma eventual escalada para o conflito, Saddam Hussein ordenou, em 2 de agosto de 1990, que suas forças invadissem o Kuwait, tornando-o uma província iraquiana. O argumento territorialista utilizado, combinando com uma retórica nacionalista e de simbolismo da unificação árabe, foi insuficientes para disfarçar o grande erro de cálculo que Saddam cometera. Ao contrário do que previu, no momento subsequente a sua decisão de invadir o território kuaitiano, o Iraque deparou-se com a condenação de suas iniciativas hostis tanto na Liga Árabe quanto na Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 661 aprovada em 6 de agosto de 1990, congelou os bens iraquianos e kuaitianos, que encontravam-se sob tutela do Iraque, impondo um embargo sob as transações econômicas do Iraque, incluindo as exportações petrolíferas que passavam por outros territórios na região do Oriente Médio. Os Estados Unidos, parceiro histórico da Arábia Saudita, assumiu um posicionamento contrário ao iraquiano no embate, defendendo a saída iraquiana do território do Kuwait e o restabelecimento do *status quo*. No Mundo Árabe, a presença iraquiana no Kuwait era comparada às invasões israelenses a territórios árabes ao longo da história, ao passo em que as tentativas do Iraque para desfazer a coalizão internacional desfavorável a sua posição no conflito também não surtiram efeito. Assim, reconhecendo a iniciativa desastrosa de adentrar o território do Kuwait e o estreitamento cada vez maior do espaço de manobra do seu Estado, Saddam concentrou seus esforços na elaboração de uma estratégia que permitisse, ao Iraque, a menor perda possível, baseada em uma estratégia de “retirada vantajosa”. (BARNETT, 1998; TRIPP, 2007)

Em 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 678, que demandava a retirada incondicional do Kuwait até 15 de janeiro de 1991 e autorizava o uso da força militar em caso de descumprimento das sugestões que compunham a resolução. O tom da Resolução e a clara disposição das forças militares norte-americanas de intervir no conflito em prol do Kuwait, tornou inviável a estratégia de “retirada vantajosa” pensada inicialmente por Saddam Hussein, que passou a buscar uma retirada que garantisse, pelo menos, sua sobrevivência, então. Nota-se, portanto, que a estratégia de Saddam, já em seus primeiros estágios do conflito, não continha um ímpeto de efetivamente ocupar e anexar o território do kuaitiano. Este fato, já indica a importância de que se discutam as razões que, verdadeiramente, sustentaram e levaram a adiante a ocupação em 1991. (TRIPP, 2007; UNSC, 1990)

Este trabalho defende que a invasão do Kuwait está estreitamente ligada a uma tentativa falha de resolver os problemas econômicos, aumentar a extração de petróleo, uma vez que o Estado iraquiano estaria com a posse do petróleo do seu país vizinhos. Saddam, como já discutido, não era um líder lunático, que agia sem propostos, guiado por uma falta completa de senso da realidade ou por ímpetos megalomaniacas de demonstração de poder.

Quando, então, o ataque da Coalizão aliada - composta por Estados Unidos, Inglaterra, França, Síria, Arábia Saudita, entre outros - começa, em 16 de janeiro de 1991, submeteu o Iraque à devastadora experiência do bombardeio aéreo moderno durante seis semanas antes do envolvimento das forças terrestres. O Iraque não detinha meios para realizar uma retaliação respeitando os mesmo parâmetros, e respondeu, em um ato simbólico e político, lançando mísseis contra Israel, possivelmente, na esperança de que uma retaliação israelense ao território iraquiano perturbasse a coalizão, fazendo com que seus membros árabes, a Síria e o Egito em particular, se retirassem. No entanto, não logrou o efeito desejado e os movimentos de batalha do lado aliado continuaram, tendo em mira não apenas o aparelho militar iraquiano, mas, também, grande parte do que restara da infra-estrutura civil iraquiana. Dada a velocidade com a qual a ofensiva escalou, e com a retirada antecipada dos oficiais militares de patentes mais altas do território kuaitiano, torna-se difícil dizer quão seriamente Saddam pretendia defender a manutenção da anexação do Kuwait ao Iraque. Em 24 de fevereiro, conduzindo-se pelo sul do Iraque e cortando as divisões da Guarda Republicana, as forças se quebraram e fugiram pelo Eufrates. Numa questão de dias, o Kuwait havia sido libertado pelas forças aliadas e o Iraque optou pelo pedido de um cessar-fogo, que, a essa altura, importava-se apenas com uma política de contenção de danos da decisão

desastrosa de levar o conflito a diante. Tendo a Coalizão Aliada atingido seu objetivo, um acordo de cessar-fogo foi assinado em 28 de fevereiro de 1991. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007; VISENTINI, 2017)

A velocidade com a qual se deu a escalada do conflito e com a força aplicada para garantir a derrota iraquiana, o Iraque esteve quase o tempo todo de ação imobilizado. Assim, a questão crucial para Saddam Hussein e para sua burocracia estatal era como sobreviver as repercussões da derrota. Desta forma, fica bastante claro que a perda do território kuaitiano, ou da guerra em si, eram muito menos importantes do que o medo pelo o que poderia, ainda, ser perdido como resultado da perda da guerra.

4.3 O Iraque sob o Regime de Sanções e a queda do governo de Saddam Hussein: o fim dos governos do Baath.

Na verdade, o fim do conflito armado externo e a escalada do uso da força para repreender inimigos internos ao regime de Saddam sugere que, na verdade, o perda do Kuwait significou muito pouco e simplesmente não tinha lugar de destaque na agenda iraquiana naquela conjuntura. A estratégia era formulada com o objetivo primário de assegurar o regime, esmagando rebeliões. Era bastante claro que o foco das maiores rebeliões ficavam nas cidades na parte sul do território iraquiano, de maioria xiita. Em algumas semanas, entretanto, as divisões da Guarda Republicana, mantidas em reserva justamente para esse fim, tinham recuperado todas as cidades capturadas por rebeldes, causando grandes perdas de vidas e destruição nas cidades xiitas do sul iraquiano. Encorajados pela derrota iraquiana no Kuwait e pelas rebeliões sulistas, também os curdos revoltaram-se.

Nesta conjuntura, em cinco de abril de 1991, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 688, que pedia ao Estado iraquiano o fim da repressão de sua própria população e pavimentou o caminho para a criação, posteriormente, pelas forças da coalizão de um “*safe haven*” no 36º paralelo iraquiano. A força aérea iraquiana ficava proibida de sobrevoar sob esse território e as lideranças iranianas a liderança iraquiana chamou a parada do avanço das forças iraquianas, evidentemente temendo novas ações militares pelos poderes da colisão. (TRIPP, 2007; UNSC, 1991)

Apesar do presidente americano ter incentivado, através de discurso, o levante da população iraquiana para retirar Saddam Hussein do poder ainda em fevereiro, nenhum ajuda, de nenhuma natureza, foi prestada pelo governo norte-americano ou seus parceiros de

coalizão quando as revoltas eclodiram no sul e no norte do Iraque. Pela falta de apoio incisivo, entende-se que os Estados Unidos, assim como outros países presentes na região, temiam uma possível fragmentação do Iraque. Eles talvez desaprovassem a liderança de Saddam, mas ainda preferiam seu governo, um líder forte e centralizador sustentado pelas Forças Armadas iraquianas, à uma ruptura na ordem política iraquiana, podendo resultar em uma guerra civil generalizada ou, ainda, na intervenção de potências regionais desfavoráveis aos valores ocidentais, como o Irã. A abstenção da ajuda internacional ecoou pelo território iraquiano, desencorajando, gradualmente, grupos rebeldes e, assim, favorecendo o governo central e, conseqüentemente, Saddam Hussein, no processo de garantia e defesa da posição de poder no país. (HALLIDAY, 2002; TRIPP, 2007)

Saddam, por sua vez, buscou atos públicos que tivessem o tom de reconciliação. Poucos dias após a supressão de uma rebelião xiita, por exemplo, apontou um membro xiita do CCR para a posição de Primeiro-Ministro do Estado iraquiano, salientando que este era o primeiro passo de um processo de mudança fundamental. Simultaneamente, mostrou-se disposto a abrir um canal de diálogo com as lideranças curdas. Dispensável dizer, entretanto, que essas promessas não foram cumpridas. Saddam utilizou-se da retórica de amizade e proximidade objetivando ganhar tempo, dissuadir e compartimentalizar os aglomerados rebeldes e, por fim, para convencer a comunidade internacional que não havia motivos para maiores intervenções no Iraque. Mesmo, em parte, bem-sucedido, foi incapaz de persuadir as Nações Unidas de que o Iraque, sob seu governo, poderia reabilitar-se em um curto período de tempo. Ao contrário, as sanções ao regime impostas em 1990 para forçar saída iraquiana do Kuwait foram mantidas na esperança de que outros objetivos, secundários, da comunidade internacional fossem alcançados. O mais proeminente deles, assim com o que contem mais controvérsias, era a busca e eliminação das Armas de Destruição em Massa e a contenção das capacidades iraquianas em mísseis, que o tornavam uma ameaça militar em potencial na região. (HALLIDAY, 2002; TRIPP, 2007)

O conjunto de medidas, contidas nas Resoluções, que mantinham o embargo total sob as transações comerciais e econômicas do Iraque, mesmo depois do fim da guerra em 1991, incluíam o reconhecimento da soberania e das fronteiras do território do Kuwait e o pagamento de reparações de guerra ao Estado kuaitiano; o fim do posicionamento iraquiano como ameaça a segurança regional; e o fim da repressão estatal a sua população. O requerimento de que o Iraque respondesse ao grupo de condições foi utilizado tanto para justificar o regime de sanções que paralisaram a economia iraquiana quanto para estabelecer

formas intensivas de inspeção e intervenção que ironicamente, enquanto defendiam, acima de tudo o reconhecimento da soberania kuaitiana, não levavam em consideração o status de soberania do Estado iraquiano. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

4.3.1 Duas Guerras, Duas derrotas: o ônus da guerra para o Estado iraquiano e as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas

Por mais de um século, Estados árabes tem sofrido com a intervenção, repetidamente, de potências estrangeiras que buscam assegurar seus próprios interesses econômicos na região, e com bastante frequência esses interesse vão contra os interesses dos próprios Estados nacionais sob ingerência externa. O compromisso de longa data com a segurança do Golfo Pérsico, evidente no caso do Kuwait em 1990, foi justificado através de subterfúgios de direito internacional ou de defesa da soberania muito bem quistos a comunidade internacional em alguns momentos, assim como em outros, nem tanto. (HALLIDAY, 2005)

Como apontado por Halliday (1995), a Crise do Golfo de 1990-1991, com duração de seis meses, foi, quaisquer que sejam os padrões analíticos estabelecidos, uma das crises internacionais mais importantes na era pós-1945 (inserir página). Envolveu a mobilização de mais ou menos um milhão de homens armados, o envolvimento diplomático de grande parte da comunidade internacional, e uma guerra que, apesar de seu espectro limitado, foi um caso significativo de conflito inter-estatal, principalmente no que tange ao balanceamento de poder no Oriente Médio. Ainda, esta foi uma guerra que começou entre dois Estados árabes, mas há pouco, se nada, a dizer-se sobre o papel do Islã nesse conflito, pelo simples motivo de que, como um sistema de crença, e como discurso legitimador, não teve nenhum papel significativa na origem, no curso ou no resultado do conflito.

Assim, em fevereiro de 1990, o presidente iraquiano, Saddam Hussein, que havia se beneficiado consideravelmente da ajuda financeira, e diplomática, árabe durante os primeiros anos da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), fez um ataque verbal contra outros Estados árabes, em particular ao Kuwait, por ter causado dano econômico ao Iraque. A família real do Kuwait, que enfrentava dificuldades internas, acreditando que poderia utilizar-se do momento para abafar movimentos de descontentamento político internos, negou-se a aceitar até as preocupações legítimas do Iraque, com aquelas que desrespeitam o campo de petróleo Rumaila e o aumento deliberado da produção kuaitiana de petróleo, baixando ainda mais o preço internacional deste produto primário no mercado internacional. Entre ameaças

direcionadas a organização regional do Oriente Médio e a promessa a comunidade internacional de que não agiria militarmente, em dois de agosto de 1990, Saddam deu início a invasão do Kuwait. (HALLIDAY, 2005) Isso foi seguido, então, por cinco meses de crises diplomáticas e de organização militar. O Iraque não se retirou, e em dezessete de janeiro de 1991, a Coalizão internacional, liderada pelos Estados Unidos e sob o aval da Organização das Nações Unidas, através da Resolução 678, deu início a ofensiva aérea contra o território iraquiano, seguida por uma campanha em solo no final de fevereiro, que durou 100 horas. As forças iraquianas se retiraram do Kuwait mas, mesmo sob o regime de sanções e com sucessivos levante da população, arduamente reprimidos pelo governo central, o regime iraquiano, sob a liderança de Saddam Hussein, se sustentou.

Se o conjunto de sanções impostos pelo Conselho de Segurança, que buscava o objetivo da manutenção da paz na região, tivesse sido levantado com a contenção e fim do conflito, o último capítulo deste trabalho estaria concluído e pouco se estranharia a atitude da comunidade internacional. Mas, tendo o conjunto de sanções perdurado por mais 13 anos, esta pesquisa segue, procurando entender quais motivos justificaram a ação internacional.

Entre os objetivos paralelos da guerra, estava a busca e desarmamento da capacidade iraquiana de armas de destruição em massa, o estabelecimento inspeção intrusiva foi imposto, junto com a manutenção de sanções econômicas e políticas. Essa foi a situação, sem precedentes nas relações internacionais, que ditaram o tom do período pós-guerra. A guerra do Golfo, neste sentido, foi vista como um *turning-point* na história moderna do Oriente Médio. Os modos pelos quais esse evento era novo, ou marcava um nova era para as Relações Internacionais tornaram-se mais evidentes uma década depois, com a invasão norte-americana ao Iraque e a derrubada de Saddam da presidência. Certamente, essa era a nova no sentido de que produzira uma nova coalizão: pela primeira vez o exército de um Estado árabe lutou contra o exército de outro estado árabe - sinalizando a obsolescência do nacionalismo árabe; e, pela primeira vez, as forças militares norte-americanas foram engajadas, de forma significativa, em enfrentamentos na região. (HALLIDAY, 2005; VISENTINI, 2014; TRIPP, 2007)

Mais uma vez, as conseqüências da guerra foram desastrosas. Merecendo verdadeiro destaque está a incapacidade dos Estados vitoriosos em criar um novo sistema econômico e de segurança militar no golfo. O Irã estava isolado, e logo tornou-se antagônico; os preços do petróleo caíram, criando rancor popular entre ocidente e oriente; os regimes e seus aliados ocidentais, não tão inteligentes, optaram por uma das piores políticas de segurança: o aumento

do poderio militar, ameaçado desestabilizar de vez a região, através da fragilidade do balanço militar na região, criando um sentimento de ansiedade; e o mais importante, o fato de que o regime de Saddam, apesar de tudo isso, continuava em poder, corroborando a possibilidade de uma nova confrontação envolvendo o Iraque na região. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

Desta forma, quatro perspectivas, discutidas ao longo deste capítulo, formam o conjunto de análise da Guerra do Golfo (1990-1991): as causas da intervenção iraquiana; as questões de alternativas diplomáticas a guerra durante o período dos 5 meses; o caráter da guerra que foi lutada; a política do pós-guerra impostas pelos Aliados ao Iraque Baathista. Foi argumentado, na época, que o exército americano, que esteve ao lado de Saddam apenas dois anos antes, implicava cumplicidade com o seu regime significando portanto que era inadmissível, no segundo momento, se opor ao regime. Alternativamente, entretanto, foi dito que a diplomacia norte-americano, propositalmente, tinha dado sinais não muito claros administração de Saddam, com o objetivo de levá-lo ao conflito com o Kuwait. (HALLIDAY, 2005)

Os fatores internos que levaram a invasão iraquiana ao Kuwait, assim como as causas econômicas que levaram Saddam a apostar numa guerra vitoriosa, através da estratégia de “retirada vantajosa”, devem ser balanceadas tendo em mente a dimensão internacional do conflito e o legado regional da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Além disso, a postura dos países ocidentais, misturando apatia com otimismo, frente às ameaças verbais de Saddam ao país vizinho, deve ter sua parte de responsabilidade relegada a respeito do estopim do conflito. Pensa-se que uma mensagem diplomática, por exemplo, vinda no momento certo, que assegurasse uma demonstração de força e de capacidade militar superior do lado da coalizão, poderia ter inclinado o Presidente iraquiano a repensar sua estratégia e não invadir o território do Kuwait. (HINNEBUSCH, 2003; TRIPP, 2007)

Sobre a imposição de sanções, o ocidente pressupunha como uma medida que funcionaria para derrubar um governo suficientemente vulnerável para cair. Entretanto, pela falta de análise mais precisa da estrutura governamental de Saddam, o regime administrado pelo Presidente não demonstrava sinais de queda ou retirada do controle de poder. De fato, o governo de Hussein não caiu, nem em função do legado desastroso da Guerra Irã-Iraque, nem pelas sanções impostas depois do fim da Guerra da Golfo (1991-1991), quando, supostamente, estava numa posição bem mais vulnerável. Saddam sabia que o seu regime poderia sobreviver a imposição das sanções. (HALLIDAY, 2002; HALLIDAY 2005)

Existe uma dimensão nos quais originalidade e precedentes podem ser melhor explorados. Esta dimensão encontra-se não na guerra em si, mas nos acontecimentos que se seguiram ao fim da guerra. O regime de Saddam Hussein, oficialmente a frente do Estado iraquiano desde 1979, depois de 1991 sofria dois tipos de pressão externa simultaneamente e inovadoras em alguns sentidos: uma delas foi o regime intrusivo de controle de armas e inspeção instituído pelas Nações Unidas; e, o outro, seguindo o levante dentro o Iraque que se seguiu no pós-guerra, a introdução de um “*safe haven*” em prol da causa curda, localizada no norte do país, o qual, de fato, colocou 1/3 do Iraque sob protetorado do interesse ocidente e permitiu aos curdos exercer autonomia pela primeira vez. Aqui, observam-se distorções em conceitos consolidados entre Estados de estruturação moderna e de soberania consolidados. A primeira, é uma ação de intervenção externa possibilitando a um grupo social exercer autonomia dentro de um Estado soberano organizado, com burocracia administrativa e Constituição nacional; ambas as questões foram extremamente significativas para as Relações Internacionais enquanto disciplina, sem precedentes na história internacional moderna. Desta forma, a o desdobramento mais importante, talvez, da Guerra do Golfo (1990-1991) seja a forma de intervenção, militar e política, imposta ao Iraque no momento subsequente ao fim do conflito. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

As questões analíticas levantadas pela Guerra do Golfo - as causas da guerra; seus desdobramentos no Sistema Internacional; a relação intrínseca entre política interna e externa e, neste caso, entre questões militares e econômicas; o papel da diplomacia; sinalizações que influenciaram erros de cálculo estratégicos; as funções das sanções impostas pelas Nações Unidas ao Iraque; o papel desempenhado pelas grandes potências e pelas instituições internacionais no cenário. (HALLIDAY, 2002)

Ambos os lados tiveram erros de cálculos em suas estratégias, baseados em experiências históricas de guerras anteriores e na organização de grupos que não questionavam suas próprias idéias. Por exemplo, Saddam baseou seu cálculo estratégico assumindo que os norte-americanos não entrariam em conflito armado no Oriente Médio por causa de suas experiências no Vietnã em 1973. Ainda, contava com a idéia de que a população do Kuwait, que passava por uma crise interna de oposição ao governo central, se mostraria a favor da ocupação iraquiana e colocar-se-ia a disposição das forças armadas do Iraque. Tendo em vista o que já foi discutido, aqui, sobre a organização administrativa do governo iraquiano, contrariar Saddam Hussein era um movimento de alto risco. Desta forma,

diplomatas e outros envolvidos no processo de negociações internacionais, não estavam em posição de opinar, efetivamente, sobre a questão. (HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

Contudo, os erros de cálculo também estiveram presentes do lado Aliado do conflito. Os Aliados assumiram, desde cedo, que a retórica do Presidente iraquiano simplesmente não se concretizaria. Estavam errados, também, quanto às capacidades militares iraquianas, como o número de *Scuds* soviéticos que o Estado iraquiano detinha e o progresso em termos de armamento biológicos e nucleares. Entretanto, o maior erro de cálculo do lado aliado mostrou-se apenas no período que se seguiu ao fim do conflito: esperar que o Partido Baath fosse retirado do governo depois da derrota iraquiana no conflito. A habilidade de Saddam em manter sua posição de liderança no regime e sua estrutura governante intactas durante os anos que seguiram a derrota de 1991 foram uma prova da resiliência do sistema político que construía. Entretanto, até 2003, o Iraque sob a administração do Partido Baath e suas lideranças continuaria subordinado a presença intrusiva e hostil do interesse internacional, confrontado com a destruição das receitas petrolíferas.

Em maio de 1991, a primeira UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas), criada para inspecionar instalações militares e governamentais, começaram suas atividades no território iraquiano. O Iraque havia sofrido danos extensivos na guerra contra a Coalizão aliada. Para que se tenha uma noção mais aproximada, dentro do espaço de seis semanas, o bombardeamento aéreo havia destruído mais da infra-estrutura econômica espalhada ao longo do território do que oito anos de guerra com o Irã. Ao mesmo tempo, o Iraque sofria com ônus da dívida criada pela e somavam-se a isso os fardos financeiros adicionais como as reparações demandadas pela sua agressão ao Kuwait. Ainda, as contínuas sanções impostas ao regime pelas nações unidas significavam que o Iraque era impossibilitado de vender petróleo para ganhar moeda estrangeira e estava portanto severamente limitado e suas importações eram severamente limitadas enquanto o que o estado poderia importa ou não. Artigos alimentícios e de saúde, em tese, estavam de fora do embargo, entretanto, a importação de fertilizantes, maquinário agrícola, pesticidas e químicos, classificados como tendo potencial duplo de utilização estavam proibidos. Da mesma forma, insumos a restauração dos sistemas de eletricidade e de purificação da água, destruídos, estavam proibidos. dentro de um período relativamente curto de tempo, os efeitos dessa escassez imposta era sentidos pela população iraquiana, como má nutrição e doenças disparara, usando altas taxas de mortalidade infantil, a níveis não vistos nos últimos 40 anos da história moderna iraquiana. é importante, ao mesmo tempo, dizer que isso parecia ter pouco impacto sob as prioridades do regime. O governo

iraquiano, acreditando num rápido levante das sanções, recusou algumas propostas das nações unidas para exportação de quotas de petróleo, desde que 30% do valor das exportações fosse revertido para pagamentos de compensação de guerra. As exportações de petróleo gerariam receita para a compra de produtos alimentícios e medicamentos para a população iraquiana. (TRIP, 2007)

4.3.2 De 1996-2003: da sobrevivência do projeto modernizador a queda de Saddam Hussein

Apenas em 1996, o governo iraquiano concordou com os termos da resolução 986, que permitia ao Iraque vender 2 bilhões de dólares em petróleo a cada 6 meses para compra de suprimentos para sua população (isso foi aumento para 5.52 bilhões em 1998, pela resolução 1153, e em outubro de 1999 para 8.3 bilhões para o período de maio a novembro. Esse movimento de liberalização tímida da economia e da ação estatal iraquianos eram produto tanto da influência da Rússia, China e França, que posicionavam-se a favor do fim das sanções quanto ao desgaste internacional que passara a ser confrontado com as perdas humanas e de condição de vida da população iraquiana. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003)

Para Saddam Hussein, a maior vantagem desse acordo não era meramente que colocava mais renda em suas mãos, mas também que poderia significar um prelúdio do fim das sanções tendo em vista que aproximou o Iraque novamente do mercado mundial como um produtor de petróleo e, potencialmente, como um consumidor altamente potencial em bens industriais. Estava claro que essa esperança se baseava no fato que de talvez construísse condições para que as sanções fossem suspensas. O governo iraquiano concretizava seu apoio internacional através de três dos cinco membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas - Rússia, França e China. Como credores e recebedores de dividendos de dívidas passadas, e observando o potencial econômico que o processo de reconstrução do estado iraquiano continha, estes tinham todo o interesse em ver o Iraque restabelecido como um grande exportador de petróleo, e o governo iraquiano reforçou esses interesses assinando um número de acordos com empresas russas e francesas buscando o desenvolvimento da indústria petrolífera que passariam a entrar em vigor no momento em que sanções fossem levantadas. Essa movimentação foi acompanhada por outras iniciativas diplomáticas por parte do Iraque. Essa movimentação foi acompanhada por outras iniciativas diplomáticas por parte do Iraque. (KREUTZ, 2006; TRIPP, 2007)

Em novembro de 1994, o Iraque finalmente reconheceu a soberania do estado kuaitiano. Além, o Iraque fez um esforço para que a China também, enquanto membro permanente do conselho de segurança, adicionasse sua voz no processo de demandar que as sanções fossem terminadas, jogando a questão para o lado de que, em comum com o Iraque, o governo chinês também desgostava de iniciativas internacionais de intervenções baseadas na segurança dos direitos humanos, que não deveriam ser utilizado como subterfúgio para penalizar estruturas estatais ou econômicas. (KREUTZ, 2006; TRIPP, 2007)

Esses esforços paralelos eram particularmente decisivos para o Iraque. Os esforços, principalmente por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra para a manutenção das sanções através do argumento da defesa dos direitos humanos da população iraquiana era em muito paradoxal. Os próprios relatórios na ONU demonstravam que os que mais sofriam com a permanência das sanções eram os civis iraquianos e as precárias condições de vida as quais estavam submetidos. Os acordos de petróleo por comida eram feitos pelas potências dominantes das Nações Unidas numa tentativa de resolver esse paradoxo. Tinham como objetivo manter as sanções e aliviar as condições de vida do povo iraquiano e problemas e saúde dentro do Iraque que estavam causando preocupações reais nas Nações Unidas e no resto do mundo, que passava a questionar a moralidade das sanções impostas, dados os efeitos na saúde mais frágeis da população principalmente. (DODGE, 2003; TRIPP, 2007; KREUTZ, 2006)

Em dezembro de 1998, os Estados Unidos, apoiados pela Inglaterra, realizaram uma ofensiva aérea ao território iraquiano mirando alvos militares, incluindo locais nos quais a comissão das Nações Unidas havia dado como suspeito. Publicamente o ato foi justificado pelos governos americano e britânico em termos de uma ameaça militar contínua advinda do Iraque a região do Oriente Médio, o ataque portanto seria para forçar o Iraque a ceder aos termos de vigilância da comissão das Nações Unidas e para enfraquecer o regime de Saddam na esperança de acelerar o processo de retirada do poder. A mistura de motivos e os métodos utilizados comprometeram a ação. O poder de Saddam não foi abalado de forma significativa, e o uso de força desproporcional dos Estados Unidos trouxe à tona dúvidas a respeito das atividades de inspeção e de manutenção do embargo. Igualmente frustrante e frequentemente confuso para aqueles que buscavam ver uma mudança no poder do regime de banda, mesmo as sanções punitivas pareciam ter menos impacto no regime de Saddam do que fora imaginado, apesar de toda a destruição da economia iraquiana e destituição da vasta maioria dos habitantes iraquianos. (ALNASRAWI, 1994; DODGE, 2003; TRIPP, 2007)

A partir de 1998, existia uma busca objetiva pela retirada de Saddam Hussein do poder no Iraque, nem que a condição para a concretização desse objetivo fosse uma invasão em grande escala do país por forças americanas e outras forças estrangeiras. Durante os anos que se seguiram, acelerando depois de 2001, foi o caminho da guerra em Washington, que selou o destino de Saddam e seu regime. Um dos motivos que motivaram a mudança dos EUA foi percepção de que a resiliência do regime de Saddam, e o ressurgimento do Iraque como um grande produtor de petróleo e poder econômico regional, significava que o Iraque estava pronto para dar início a sua reabilitação internacional. Isso não somente fez com que as sanções impostas pelas nações unidas fossem ridicularizadas mas também desafiaram explicitamente o poder norte-americano em um momento no qual os estados unidos, enquanto única superpotência, precisa estar prepara para desfrutar do que foi chamado, prematuramente, o novo século americano. (TRIPP, 2007, DODGE, 2003)

No início dos anos 2001-2001, o Iraque produzia US\$ 2.3 bilhões de barris de petróleo por dia, exportando US\$ 1.7 bilhões por dia sob as políticas de petróleo por comida das sanções, criando receita estatal de cerca de 12 bilhões de dólares por ano. Depois da retirada do percentual fixo para pagamentos de compensações, em 30% deste valor, sobravam ao Estado cerca de 50% deste valor anual para gastar em importações. Mas o Estado iraquiano burlava as regras de exportação das ONU utilizando-se de canais de escoamento na Turquia na Síria, com a reabertura dos oleodutos no final de 2000. Companhias e países que tiveram até o momento cautela para adentrarem o mercado iraquiano não poderiam desperdiçar a chance das oportunidades oferecidas pelo governo iraquiano que buscavam encorajar sua reintegração comercial no sistema econômico mundial. Para cidadão iraquianos, pelo menos os que viviam nas maiores cidades, uma grande variedade de bens estavam agora disponíveis no mercado com preços cada vez mais acessíveis. Para o governo iraquiano, isso foi recurso político em vários motivos. Enquanto suas receitas aumentavam, significou um encorajamento de acordos de troca com países vizinhos e com três membros permanentes do conselho de segurança da ONU - Rússia, França e China - como meios pelos quais fornecer uma participação ativa no acesso continuou destes ao mercado iraquiano. (KREUTZ, 2006; TRIPP, 2007; VISENTINI, 2002)

A decadência do regime de sanções e suas conseqüências políticas demonstraram outra contradição. Sem intenção, as sanções reforçaram as redes repressivas e patrimoniais do estado, tanto em termos materiais quanto de solidariedade intra-rede. As sanções também não impediram o governo iraquiano de manter um conjunto militar grande que, apesar de bastante

diminuído em termos de pessoal e de armas desde 1990, ainda atuava com destreza em assuntos internos iraquianos. O que, de fato, preocupava a comunidade internacional era a possibilidade de que, mesmo com todos os anos de sanções, Saddam Hussein havia não somente mantido sua posição de poder no Iraque, como também havia dado início novamente a programas iraquianos de desenvolvimento de armas de destruição de massa depois da partida das inspeções da ONU em 1998. (AMIN, 2000; HALLIDAY, 2005; TRIPP, 2007)

Os atentados de 11 de setembro de 2001, entretanto, mudaram completamente a Agenda norte-americana e seu comprometimento com a região árabe do globo. Nas semanas seguintes, quando George W. Bush declara a política da “Guerra ao Terror”, Saddam, por sua vez, quase não se pronunciou sobre a questão. Inclusive, foi o único líder árabe que falhou em condenar os ataques sofridos, apontando, na verdade, que os Estados Unidos haviam trazido o conflito a si mesmos através das políticas que haviam perseguido ao longo dos anos no Oriente Médio. Enquanto acusações eram feitas ao governo iraquiano referentes aos supostos programas de desenvolvimento de armamento de destruição em massa, o governo iraquiano negava-se a aceitar mais uma inspeção da Comissão das Nações Unidas, que havia vasculhado seu território durante quase 10 anos e nunca encontrara nada. Após ameaças de intervenção militar, o Iraque, através da resolução 1441, em novembro de 2002, permitiu que a comissão da ONU adentrasse seu território, apresentando documentos oficiais de suas atividades militares, as medidas tomadas de termino dos programas nucleares e da destruição de estoques e de capacidades. (TRIPP, 2007; UNSC, 2002; KHOURY, 2013)

De fato, o Iraque nem possuía armas de destruição em massa nem havia desenvolvido programas feitos para recomeçar sua produção. Mas o caso iraquiano foi dificultado por duas questões de natureza do regime que iriam ajudar na sua queda mais tarde: a primeira, parecia proposital o posicionamento de Saddam em dar continuidade a uma estratégia de ambigüidade quanto as capacidades militares iraquianas, numa tentativa de manter algum espaço de manobra internacional e regional. Em 2002 a administração norte-americana já havia aprovado seus planos para invadir o território iraquiano. em outubro de 2002, o congresso passou uma resolução autorizando o uso da força contra o Iraque, deixando em aberto o caminho para uma ordem militar presidencial como e quando este achasse adequado. Entretanto, para o desespero daqueles que defendiam a intervenção militar e a retirada de Saddam pelo uso da força, ficaram desolado quando, em 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) e a comissão das nações unidas fizeram relatórios favoráveis ao Iraque, defendendo que não haviam encontrado evidencias de armamento proibido ou de

reinício de programas de armas biológicas químicas ou nucleares. mas nesse ponto, contudo, não haviam mais dúvidas de que EUA, Inglaterra, Austrália e Espanha, Itália, estavam planejando a entrada militar no Iraque. Dado a conjuntura que mostrava-se favorável ao Estado iraquiano, estava claro que uma resolução permitindo o uso da força contra o estado iraquiano não passaria no Conselho de Segurança das Nações Unidas, principalmente pela rui a franca seus governos viram isso meramente como um truque para permitir a ação unilateral dos estados unidos e do reino unido contra o Iraque, dando início a uma intervenção internacional e ilegal. Em 19 de março de 2003, a Operação Iraque Livre foi indicada, com um ataque que pretendia matar Saddam e seus aliados mais próximos, mas que falhou. (VISENTINI, 2014; TRIPP, 2007)

Ao contrario do que esperavam, quando as forcas norte americana chegaram na capital iraquiana, não havia uma resistência organizada. Saddam havia fugido da cidade. Em três semanas, os Estados Unidos e seus aliados ocuparam o território iraquiano. Para a população iraquiana, o caminho e a violência desses eventos fizeram deles ou expectadores ou vitimas. A desconcertante rapidez do colapso das forcas securitárias aparentemente formidáveis de Saddam Hussein agradaram a muitos, especialmente aqueles que lembravam dos terríveis eventos de 1991. (ALNASRAWI, 1994; COCKBURN, 2015; TRIPP, 2007)

As tropas aliadas não optaram por assegurar prédios públicos, e, na verdade, na maior parte do território iraquiano não havia a presença nem da força nacional iraquiana nem das tropas aliadas. ao contrario, as tropas invasoras se concentraram em sua própria proteção e ficaram parados, enquanto uma população reprimida e empobrecida vingou-se não apenas dos símbolos da autoridade, como as muitas estátuas do Saddam que caíram no chão, mas também em toda a estrutura do estado público. O fim do regime de Saddam foi tão violento quanto poderia ter sido previsto. Os métodos de repressão utilizados pelo Estado iraquiano e a garantia, em diversas oportunidades, de ambições próprias ou partidárias, levaram ao Iraque a duas grandes guerras e duas sangrentas insurreições internas, sendo estas as cicatrizes nas quais encontrava-se uma população fragmentada e completamente abandonada em 2003. (TRIPP, 2007)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou, acima de tudo, contextualizar, e não apenas descrever, o processo de ascensão e queda de um projeto modernizador de Estado no Iraque, implementado sob os

governos do Partido Baath e sob a liderança de Saddam Hussein. Para tanto, foi reconhecido e reafirmado, em momentos diferentes da pesquisa, que os Estados do Oriente Médio moderno, apesar de possuírem capacidade de organização interna - governamental, econômica, social e política – e objetivos próprios de Agenda, estiveram, e estão, constantemente sob pressões externas, de contexto regional ou internacional, de natureza política ou de natureza econômica. Isso, em certa medida, moldou suas ações, produzindo, por vezes, contextos de aproximação, como no caso das ondas do Nacionalismo Árabe, nasserista ou baathista, e, em outros momentos, alimentam cenários de hostilidade, aumento expressivo de militarização regional e buscas egoísticas de interesses estatais próprios. Como apontado por Visentini (2014), desde os processos de independência, os países da região estiveram submetidos aos interesses e a interferência de potências estrangeiras. Contudo, uma série de fatores internos contribuíram para a criação de polos regionais de poder, ao longo da história, nesta região do globo.

De modo geral, analisar os desdobramentos dos movimentos políticos iraquianos, no recorte temporal proposto por este trabalho (1968-2003), foi, também, deparar-se com sucessivos contrafactuais: “e se o Estado iraquiano tivesse logrado diminuir sua dependência do petróleo durante os anos 1970?”, “e se Saddam Hussein tivesse optado por não entrar em guerra com o Irã?”, “e se os cenários estratégicos da Guerra Fria tivessem limitado em menor grau a ação internacional soviética neste período?”, “e se o conjunto de sanções tivesse sido levantado ao fim da Guerra do Golfo em 1991?”, e, ainda, “e se a retirada de Saddam Hussein do governo tivesse sido feita através da transferência, estruturada, do controle estatal e não através da ferramenta de conflito?”. Esses são questionamentos que, apesar de excederem o objeto desta pesquisa, carregam uma importância fundamental para aqueles que propõem-se, verdadeiramente, a tentar entender o Iraque, de forma analítica e, acima de tudo, responsável e respeitosa, utilizando variáveis causais concretas, além do que mostram, superficialmente, análises conjunturais de um Estado extremamente complexo localizado em uma região do globo muito particular.

A Guerra do Golfo, por exemplo, foi uma guerra entre estados, em um momento no qual o clima internacional era de calma depois do fim da Guerra Fria e que existia a esperança de que conflitos armados estariam no passado. Além de todas as suas particularidades, essa guerra, em termos de estudo das Relações Internacionais, colocou em discussão os limites do conceito de soberania e da intervenção externa em dois pontos. Primeiro, no contexto das declarações iraquianas sobre o Kuwait e de sua liderança do Mundo

Islâmico e Árabe; a segunda, na histórica, e sem precedentes, intervenção direta das Nações Unidas e do ocidente no norte do Iraque, território nacional e soberano, duas variáveis que sustentam a estrutura na qual se baseia o Sistema Internacional atual, mas que foram completamente ignoradas neste caso. As justificativas que sustentavam a atuação dos organismos internacionais, paradoxalmente, pareciam argumentar, ao mesmo tempo, que a guerra contra o Iraque não deveria ter começado, e que a guerra, começada, era inválida porque não atingiu seus objetivos. (HALLIDAY, 2005)

Assim, desde a invasão ao Kuwait, a economia iraquiana esteve excluída da economia mundial. As sanções e as medidas impostas pelo embargo forçaram a retirada do Iraque do território kuaitiano, mas as sanções permaneceram em vigor. Seguindo o cessar-fogo, o Conselho de Segurança tomou uma série de medidas para que continuasse em controle total de regulamentação das trocas, importações e exportações do Estado iraquiano. A Resolução 687, de abril de 1991, estipulava uma compensação econômica, na criação de um fundo, no qual 30% da receita de petróleo era obrigatoriamente destinada ao pagamento dos danos de guerra causados pelo Iraque, completamente destruído, mas que não recebi quantia de fonte alguma que estimulasse, ou simplesmente permitisse, sua reconstrução. A manutenção do conjunto de sanções econômicas ao Iraque, que pretendiam forçar a queda do governo de Saddam Hussein (1979-2003) desconhecia as características próprias do Iraque que haviam mantido, através de muitos outros momentos de crise, a mesma configuração de poder estatal. Enquanto impunha a milhares de iraquianos, muitos crianças e jovens adultos, condições deploráveis de sobrevivência causados pelos racionamentos de produtos alimentícios e remédio, somados a depredada infra-estrutura básica, esquecia que o governo iraquiano jamais governou atendendo as demandas de sua população. Historicamente, Saddam, e toda a burocracia estatal iraquiana, simplesmente não respondiam ao bem-estar de sua população. (ALNASRAWI, 1994; UNSC, 1991)

A história recente do Iraque, e, pelo menos, das últimas quatro décadas – sendo três delas analisadas por este trabalho – é produto de duas fortes intervenções estrangeiras e da herança de um cenário caótico para o aparelho estatal e para a sociedade civil iraquiana. Tendo isso em vista, quaisquer estudos que pretendam entender o futuro iraquiano, devem levar em consideração, também, o passado e o presente deste país, como a questão envolvendo o problema sectário e o crescente embate entre xiitas e sunitas, agravado durante a atual administração de al-Maliki. De forma consubstanciada, portanto, a rápida expansão do Estado Islâmico no território iraquiano demonstra que o poder do governo central no Iraque

enfrenta um esvaziamento de legitimidade, resultado tanto da interferência estrangeira quanto de fatores particulares da construção política e social do país. Apesar do reconhecimento da corrupção como um fator inerente ao aparato institucional do governo iraquiano, discutido neste trabalho, o maior problema do país, atualmente, encontra-se na falta de infra-estrutura básica - fato que inviabiliza o desenvolvimento estatal e social de qualquer Estado - que seria, ainda, conseqüência direta de dois momentos de intervenção externa sofridos na história recente do país: as sanções impostas pelas Nações Unidas, que destruíram a sociedade iraquiana nos anos 90, e a invasão norte-americana, em 2003, que apesar de apoiada por significativa parcela social, que buscava antes a inclusão no processo político do que a ajuda norte-americana propriamente dita, destruiu a estrutura na qual apoiava-se o Estado iraquiano sem que outra fosse construída em seu lugar no momento subsequente de retirada das tropas estrangeiras. Assim, o Iraque pós-2003 apresenta um quadro de desorganização política completa, somada a massa de civis vivendo, por mais de uma década em condições de pobreza extrema, depravação, subnutrição, morte prematura e constante deterioração dos padrões de vida da população civil, demonstradas pelos índices inflacionários e pela formação de poderes paralelos ao governo central. (ALNASRAWI, 1994; COCKBURN, 2015; TOWNSEND, 1984)

Portanto, qualquer tentativa de discutir o presente e o futuro iraquianos e de sua economia está sujeita ao fato de que o governo baathista esteve paralisado desde pouco antes do final da década de 80 até o levante das sanções econômicas, durante a invasão norte-americana, em 22 de maio de 2003, e a derrubada subsequente de Saddam Hussein e da estrutura comandada pelo Partido Baath. Assim, qualquer tentativa de especular a respeito das perspectivas de reconstrução política e econômica, reestruturação e recuperação do crescimento, deve ser feita através do reconhecimento de variáveis apresentadas ao longo deste trabalho, como a produção de petróleo, a dívida externa, as reparações de duas décadas de guerra, e dos danos e da duração do regime de sanções das Nações Unidas. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

A tentativa modesta do governo Baath de iniciar um processo de reconstrução e de desenvolvimento, como demonstrado a partir da discussão sobre a construção da estrutura estatal e econômica iraquianas, só poderia ter sido feito através dos ganhos de exportação. Dado que as sanções congelaram e impediram o acesso do governo iraquiano, imediatamente após a invasão do Iraque ao Kuwait, segue-se que o nível de estagnação econômica e declínio do projeto modernizador de Estado é resultado da busca por uma posição regional de poder e

pela opção por entrar em guerra com o Irã, mas as sanções, e o tempo que estiveram em vigor, foram decisivas na derrocada do fim do desenvolvimento e da desestruturação que se seguiu a queda de Saddam Hussein a partir de 2003. (ALNASRAWI, 1994; COCKBURN, 2015; VISENTINI, 2014)

Assim, o seu contínuo desafio à comunidade internacional e o preço que sua população pagou por mais de doze anos de sanções agravaram os problemas e degradaram as instituições públicas já vacilantes do Estado iraquiano. Na década de 1970, o Iraque parecia ter tornado-se um excelente exemplo de uma busca pelo desenvolvimento centralizado bem-sucedido. Contudo, como as décadas que seguiram demonstraram, impulsionado pela ilusão dos grandes fluxos das receitas do petróleo na década anterior, o Iraque Baathista (1968-2003) gradualmente, se viu sem recursos e sujeito as dinâmicas do clientelismo que sustentavam o funcionamento de seu Estado. A combinação do impacto de dois conflitos desastrosos para o Iraque, as sanções econômicas impostas, e mantidas, pelo Conselho de Segurança da ONU, os levantes da população historicamente marginalizada e, cada vez mais, empobrecida, a inflação desenfreada, o desemprego, a estagnação econômica, o retrocesso dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, a desorganização social e a fragmentação estatal foram alguns dos condicionantes explorados por este trabalho para explicar o colapso econômico e, conseqüentemente, o fim do projeto modernizador iraquiano. (ALNASRAWI, 1994; TRIPP, 2007)

Sobre os resultados da intervenção norte-americana para a estrutura governamental iraquiana, paradoxalmente, enquanto o Estado e a estrutura pública vacilaram, na figura do Partido Baath, o "estado sombra", de redes clientelistas, durante o cenário de crise, prosperou - mobilizando redes locais que antes serviam ao governo de Saddam, e que, com a imposição do frágil governo atual, proliferaram e perpetuaram, ainda mais, sua base enquanto núcleos de poder paralelo e lideranças adjacentes dentro do Iraque atualmente, dificultando, ainda mais, qualquer processo de reestruturação e centralização de poder. Este é, em suma, o legado dos sucessivos momentos de ingerência internacional que marcaram o Iraque Baathista (1968-2003), com o qual tanto a população interna iraquiana quanto o Sistema Internacional e a região do Oriente Médio precisarão lidar por muitas décadas a frente ainda.

REFERENCIAS

AHMAD, Makrom Muhammad. “**Chief Editor Views Egypt’s Arab Role,**” Al-Musawwar, Cairo, 19 de Maio, 1989, p. 4–6, citado em FBIS, May 24, 1989, p. 20–23.

AHMAD, Yousef Ahmad. **The Dialects of Domestic Environment and Role Performance: the foreign policy of Iraq.** In: Korany, Bahgat; Dessouki, Ali Eddin Hillal (Ed). *The Foreign Policies of Arab States.* Boulder: Westview, 1991. P. 149-153.

AJAMI, Fouad. **On Nasser and his legacy.** *Journal of Peace Research*, London, v. n.1, p. 41-49, 1974.

ALNASRAWI, Abbas. **Arab Nationalism, Oil and Political Economy of Dependency.** New York: Greenwood, 1991.

ALNASRAWI, Abbas. **The Economy of Iraq: oil, wars, destruction of development and prospects, 1950-2010.** Praeger, 1994.

AMIN, Galan. **Two Centuries of Arab Economic Relations with the West: 1798-1997.** In: Hopwood, Derek. (Ed). *Arab Nation: Arab Nationalism.* London: Macmillan, 2000.

AMIN, Samir. **A Economia Árabe Contemporânea.** São Paulo: Vértice, 1986.

BARNETT, Michael N. **Dialogues in Arab Politics.** New York: Columbia University, 1998.

COCKBURN, Patrick. **The Rise of Islamic State: ISIS and the New Sunni Revolution.** London: Verso, 2015.

DODGE, Toby. **Inventing Iraq: The failure of Nation Building and History Denied.** New York: Columbia University Press, 2003.

FIORI, José L. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. In: Revista de Economia Política, v.12, n. 1 (45), jan-mar, 1992.

GAUSE III, F. Gregory. **Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War**. Doha: Brookings Doha Center: Brookings Doha Center Analysis Paper, n. 11, julho de 2014. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2014/07/22-beyond-sectarianism-cold-war-gause/english-pdf.pdf>>.

HALE, W.; KIENLE, E. **After the Cold War: Security and Democracy in Africa and Asia**. London: I.B. Tauris, 1997.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. **Islam and the Myth of Confrontation: Religion and Politics in the Middle East**. London: I.B. Tauris; Revised edition, 2002.

HINNEBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

KHOURY, Nabeel A. The Arab Cold War Revisited: the Regional Impact of the Arab Uprising. **Middle East Policy**, v. XX, n. 2, verão de 2013.

KREUTZ, Andrej. The Geopolitics of Post-Soviet Russia and the Middle East. *Arab Studies Quarterly*, Washington, v. 24, p. 1-24, Winter 2002.

KREUTZ, Andrej. **Russia in the Middle East: friend or foe?** United States of America: Greenwood Publishing Group, 2006.

Middle East Economic Digest (MEED), 15 de Fevereiro, 1986. p. 17.

Middle East Economic Survey (MESS) July 27, 1981, PP. 1-2.

OPEC ANNUAL STATISTICAL BULLETIN – OASB. 1991

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel-OLP. **Revista FAPA Ciências & Letras**, n. 51, p. 17-45, janeiro-junho de 2012. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos/>>.

TIBI, Bassam. From Pan-Arabism to the Community of Sovereign Arab States: redefining the arab and arabism in the aftermath of the Second Gulf War. In: HUDSON, Michael (Org.). **The Middle East Dilemma: the politics and economics of arab integration**. New York: Columbia University, 1999. P. 92-106.

TOWNSEND, John. Economic and Political Implications of the War: the economic consequences for the Participants. In: M. S. El Azhary (Ed.). **Iran-Iraq War: An Historical Analysis**. New York: St. Martin's Press, 1984.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.

UNITED NATIONS - UN. National Accounts Statistics: **Analysis of Main Aggregates**, 1980-1989, New York: 1991.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL - UNSC. **Document S/RES/678**. Resolution 678 (1990). New York, 1990. Disponível em <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678(1990))> Acesso em: 11 dez. 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL – UNSC. **Document S/RES/687**. Resolution 687 (1991). New York, 1991. Disponível em <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687(1991))> Acesso em: 11 dez. 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL - UNSC. **Document S/RES/688**. Resolution 688 (1991). New York, 1991. Disponível em

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/688\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/688(1991))> Acesso em: 11 dez. 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL - UNSC. **Document S/RES/1441**. Resolution 1441 (2002). New York, 2002. Disponível em <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1441\(2002\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1441(2002))> Acesso em: 11 dez. 2017.

US AGENCY, 1989. Disponível em <<https://www.state.gov/documents/organization/185651.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2017

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio**: da Descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2014.

_____. **O Oriente Médio e Afeganistão**: um Século de Conflitos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: Random House, 1979.

WEHREY, Frederic; KAYE, Dalia Dassa; WATKINS, Jessica; MARTINI, Jeffrey; GUFFEY, Robert A. **The Iraq Effect**: The Middle East After the Iraq War. Washington: RAND Corporation, 2010. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG892.pdf>. (Digital, online).